

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação

III

Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação

OOO

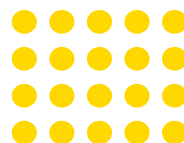


INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação



Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CULTURA



Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Fundação Itaú

Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação
/ organizado por Fundação Itaú ; vários autores . —
São Paulo : Fundação Itaú, 2026. (Intersectorialidades:
Evidências em arte, cultura e educação)
18 x 24 cm ; 72 p. ; vol. 3.

ISBN: 978-85-7979-226-7

1. Mapeamento. 2. Evidências. 3. Educação integral. 4.
Intersectorialidade. 5. Análise de dados. I. Fundação Itaú. II.
Título.

CDD 306.43

Bibliotecário Fernando Galante Silva CRB-8/10536





GOVERNO FEDERAL

Presidente da República do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República do Brasil
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ministro de Estado de Educação
Camilo Sobreira de Santana

Secretária de Educação Básica
Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt

Diretora de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica
Tereza Santos Farias

Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral
Aline Zero Soares

Consultor em Intersetorialidade
Luís Claudio de Almeida

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

Presidente
Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo

Chefe de Gabinete
Juliana Frizzoni Candian

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministra de Estado da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

Secretário Executivo
Márcio Tavares dos Santos

Secretário de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura - Sefli/ MinC
Fabiano dos Santos Piúba

Diretor de Educação e Formação Artística
Rafael da Silva Maximiniano

Coordenador-Geral de Formação Artística e Cultural – CGFAC
Henrique Fernandes

Coordenadora-Geral de Cultura e Comunicação (CGCC) – Sefli/ MinC
Ivna Nilton Marques Girão

FUNDAÇÃO ITAÚ

Presidente do Conselho Curador da Fundação Itaú
Alfredo Setubal

Presidente da Fundação Itaú
Eduardo Saron

OBSERVATÓRIO FUNDAÇÃO ITAÚ

Gerência
Carla Chiamarelli

Ficha Técnica

Coordenação

Alan Valadares
Carla Egydio
Esmeralda Macana

Advocacy

Ana Carolina Marossi Batista

Estudos e Pesquisas Aplicadas

Guilherme G. Miranda Silva
Lígia Dona de Souza

Monitoramento e Avaliação

Alisson Santos
Ana Maria Cardoso
Beatriz Almeida da Silva
Milena Dias de Sá (estagiária)

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICA

Gerência Executiva

Ana de Fátima

Coordenação de Comunicação

Alan Albuquerque
Renato Corch

Comunicação Institucional

Fabiana Sousa

Estratégias Digitais e Gestão de Marcas

Ailson Taveira
Letícia Vieira Sant Ana
Helga Vaz
Mauryce Keyne

APOIO TÉCNICO

Consultoria Técnica e Redação
Laurita Dias

Resumo executivo e Edição

Beatriz Lomonaco

TOMARA! EDUCAÇÃO E CULTURA

Gestão do Projeto Editorial

Gestão geral

Clara Azevedo
Erick Roza

Coordenação editorial e edição de texto

Gustavo Tristão
Alexandre Bortolini

Projeto gráfico

Júlia Yoshino

Capa e diagramação

Thomas Musmann

Revisão de texto

Aina Cruz
Paulo Noviello

Fotos

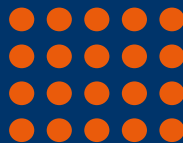
Letícia Vieira



Foto da capa:

Atividade da experiência Do Mundo da
Imaginação à Prática Experimental de Atividades
Culturais, Literárias e Artísticas - Rubiataba (GO)

Foto: Letícia Vieira





A publicação **Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação** faz parte de um conjunto de estudos que compõem a coletânea "Intersetorialidades: evidências em arte, cultura e educação", fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a Fundação Itaú, com o objetivo de produzir estudos e evidências sobre o impacto da arte e da cultura no desempenho acadêmico, na trajetória escolar e no desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, para contribuir com a ampliação de políticas públicas que promovam o direito à arte, à cultura e à educação integral.

Como parte dos resultados dessa parceria, publicamos esta coletânea composta por quatro volumes:

1. O primeiro, nomeado "**Estudo para a construção de políticas públicas de arte, cultura e educação**", é resultado do Policy Dialogues in Focus, realizado pela Fundação Itaú, em parceria com o Ministério da Educação e com o Ministério da Cultura, em articulação com o Education Policy Outlook da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A iniciativa representou um primeiro esforço de mobilização e investigação sobre políticas públicas intersetoriais entre educação e cultura, combinando levantamento de evidências, análise do contexto brasileiro

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação

em perspectiva comparada e a promoção de um espaço de diálogo entre especialistas e tomadores de decisão.

II. O segundo volume, nomeado “**Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação**”, apresenta a investigação de bases de dados educacionais e de cultura e propõe análises estatísticas para compreender como a inserção de atividades artísticas no cotidiano escolar e o acesso de estudantes a equipamentos culturais em seus territórios podem trazer ganhos para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens.

III. O terceiro, “**Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação**” realizado em parceria com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), desenvolveu um mapeamento de sete iniciativas nacionais e uma internacional que atuam na intersecção entre cultura e educação, analisando suas principais características e contribuições, por meio de documentos oficiais, artigos acadêmicos e outras informações disponíveis sobre as experiências escolhidas.

IV. O quarto, “**Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil**”, realizado pela Tomara! Educação e Cultura, aprofundou cinco experiências nacionais selecionadas, a partir do mapeamento do terceiro volume, aplicando

um conjunto articulado de métodos, que incluiu entrevistas, rodas de conversa e incursões a campo, para analisar os principais aprendizados acumulados por essas iniciativas.

Com metodologias, focos e abrangências distintas, mas articulados a um mesmo objetivo, a coletânea busca construir insumos capazes de apontar caminhos e recomendações para a construção de políticas públicas que articulem arte, cultura e educação.

Os resultados dos estudos reforçam a importância da parceria entre MEC, MinC, Inep e Fundação Itaú como uma contribuição para o avanço de políticas intersetoriais. Ao produzir evidências robustas sobre a relevância da articulação entre arte, cultura e educação, os estudos impulsionam a promoção de uma educação integral e de qualidade e a democratização dos direitos culturais para crianças, adolescentes e jovens.

Acesse todos os volumes da coleção

**Intersetorialidades:
evidências em arte, cultura
e educação**

no final desta publicação.

Carta ao leitor

A Fundação Itaú, desde sua criação, tem como prioridade a investigação e a produção de evidências no campo da arte, cultura e educação. São diversos estudos, projetos de avaliação e de monitoramento que buscam comprovar, através de dados, o que intuitivamente e visivelmente quem atua com arte, cultura e educação já sabe: a participação de crianças, adolescentes e jovens em atividades artísticas e culturais durante a educação básica e ao longo da vida contribui significativamente para o desenvolvimento integral.

Prevista como direito na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Marco Legal da Primeira Infância e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a articulação entre educação, arte e cultura ainda é um desafio e seu acesso segue restrito e desigual.

A implementação de políticas intersetoriais não é uma tarefa fácil e requer a atuação conjunta das distintas áreas e entes do poder público, com papéis, atribuições e responsabilidades bem definidos e com recursos garantidos para a plena execução de suas atividades. Garantir o desenvolvimento integral e integrado dos estudantes pressupõe instituir uma rotina de monitoramento e avaliação dos respectivos programas e de troca contínua entre profissionais dos diferentes setores.

Estudos como este demonstram a união de esforços das secretarias de educação ou de cultura, das escolas públicas ou dos equipamentos culturais para garantir direitos e reduzir desigualdades, por meio do acesso e da fruição em arte e cultura. Experiências como essas se fazem cada vez mais necessárias e relevantes para inspirar caminhos possíveis à criação ou aprimoramento de políticas públicas, programas ou ações que articulam arte, cultura e educação em todas as regiões do Brasil.

O relato das experiências apresentadas neste volume III da coletânea "Intersetorialidades: Evidências em arte, cultura e educação" nos mostra que o Brasil é diverso, potente e que a cultura é um patrimônio imaterial com tradições, saberes e modos de fazer, com diferentes expressões e manifestações artísticas. Estas acontecem entre gerações e dão sentido coletivo e individual, pois promovem o pertencimento, a autoestima e o

orgulho de ser quem é. São manifestações que fortalecem a identidade e os vínculos das crianças, dos adolescentes e dos jovens com o seu território e com sua comunidade.

No momento em que a expansão da educação integral em tempo integral é prioridade na agenda educacional pública brasileira, as iniciativas relatadas poderão inspirar muitas redes de ensino a pensarem diferentes arranjos curriculares. Currículos que, inclusive, extrapolem os muros das escolas e reconheçam o território e suas instituições como espaços educativos potentes e eficazes, com oportunidade para a inovação.

São oito experiências divididas em três categorias: políticas públicas institucionalizadas, em que a pasta da educação e/ou da cultura lideram a implementação e, portanto, o alcance das ações se torna maior; equipamentos culturais, em que é possível verificar a potência da atuação de organizações da sociedade civil na garantia de direitos ao acesso às artes, à cultura e à educação; e experiências em escolas da educação básica, em que é possível verificar que sim, as diferentes normativas educacionais referentes à arte e à cultura podem ser implementadas com qualidade e efetividade nas escolas.

O que fica evidente no conjunto das experiências apresentadas é a importância da intersetorialidade e do trabalho conjunto. E que a garantia do direito ao desenvolvimento pleno das crianças, dos adolescentes e jovens depende da união de esforços de atores do poder público e seus entes federados, das organizações da sociedade civil e da sociedade como um todo.

Boa leitura!

Carla Christine Chiamareli e equipe

Gerente do Observatório Fundação Itaú





Sumário

APRESENTAÇÃO 15

PORQUE ARTE E CULTURA NA EDUCAÇÃO? 17

METODOLOGIA 20

RESULTADOS DO MAPEAMENTO 22

Políticas Públicas institucionalizadas 24

Componentes de Artes na Política de Diretrizes Curriculares e de Avaliação da Áfria do Sul (Art Subjects/ Curriculum and Assessment Policy Statements) **25**

Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar – CMACEs (Porto Velho – RO) **27**

Escolas Livres de Cultura – Programa Escolas de Cultura (Ceará) **31**

Escola Livre de Artes Arena da Cultura (Belo Horizonte - MG) **36**

Experiências de Equipamentos Culturais 44

Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri (Nova Olinda - CE) **45**

Museu da Maré (Rio de Janeiro – RJ) **47**

Experiências de Escolas de Educação Básica 50

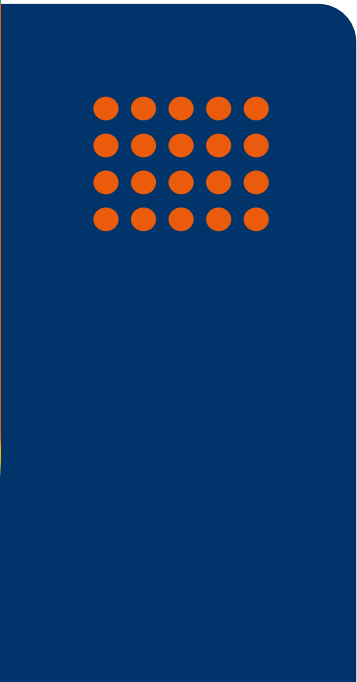
Escola Parque 307/308 Sul (Distrito Federal – DF) **51**

Projeto BatucAção (Porto Alegre – RS) **54**

APRENDIZADOS E DESAFIOS 58

RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E AÇÕES QUE INTEGREM ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO 60

REFERÊNCIAS 66



Apresentação

A integração da arte e da cultura à educação tem sido tema recorrente em debates sobre políticas públicas educacionais, sobretudo no que se refere à formação integral dos estudantes. Ainda que reconhecida intuitivamente por educadores, essa associação tem sido, ao longo das últimas décadas, objeto de investigações empíricas com o intuito de compreender seus impactos e de produzir evidências consistentes sobre seus efeitos.

Diferentes pesquisas demonstram que ter maior contato com arte e cultura na infância impacta decisivamente os hábitos culturais na vida adulta. Apesar disso, o acesso à arte e cultura no Brasil, bem como a oferta de formação artística específica – como nas linguagens de música, dança, teatro ou artes visuais –, é fortemente atravessado por desigualdades. Assim, garantir o acesso à arte e cultura perpassa por ampliar sua presença na infância, o que reforça a relevância da educação básica como locus fundamental para promover a equidade neste acesso, dado que ao fomentar o contato de crianças e adolescentes com arte e cultura, impactará também seus respectivos hábitos culturais na vida adulta.

Para evidenciar a importância da aliança entre arte, cultura e educação, esta publicação traz os resultados do mapeamento de iniciativas governamentais e não governamentais que articulam esses temas. A pesquisa, realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e integra um conjunto de estudos elaborados a partir do acordo de cooperação

técnica firmado entre Ministério da Educação (MEC), Ministério da Cultura (MinC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Fundação Itaú, que buscou compreender ações que integram arte, cultura e educação e suas contribuições para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, bem como para o fortalecimento e democratização dos direitos culturais no país.

A primeira etapa da investigação levantou um rol geral de experiências nacionais e internacionais que poderiam contribuir para os propósitos do estudo. Em seguida, foram selecionadas oito experiências de naturezas diversas que, sistematizadas e analisadas, foram organizadas em três grandes eixos: (i) políticas públicas institucionalizadas, (ii) experiências em instituições e equipamentos culturais e (iii) experiências em escolas de educação básica.

No eixo de políticas públicas, as informações sobre as iniciativas dão ênfase ao papel das secretarias de educação e de cultura, nos processos de implementação curricular e nas ações e políticas intersetoriais. Já as experiências em escolas da educação básica e em equipamentos culturais trazem a dimensão prática da integração entre arte, cultura e educação, mostrando diferentes formatos de apoio docente, formação artística e valorização da diversidade cultural.

O mapeamento e o detalhamento das experiências aqui apresentadas baseou-se em informações publicadas de forma online e, eventualmente, no contato direto com os responsáveis pelas iniciativas.

Esta publicação se inicia por uma introdução que aborda o papel da arte e da cultura no desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. Na sequência, é apresentada a síntese da metodologia empregada e os principais resultados do estudo, organizados pelos três eixos de análise. O primeiro aborda experiências de políticas públicas intersetoriais entre as secretarias de educação e de cultura entre as secretarias de Educação e Cultura, quanto da implementação de currículos que incorporam as artes de forma estruturante. O segundo apresenta experiências realizadas em equipamentos culturais,

evidenciando possibilidades pedagógicas que valorizam a cultura local, reconhecem as identidades dos territórios e promovem ações como atividades em espaços comunitários, formação docente e iniciação artística. Já o terceiro reúne experiências vivenciadas em escolas públicas, com destaque para propostas de educação em tempo integral e iniciativas criadas por professores e educadores no cotidiano escolar. Por fim, são apresentados os principais aprendizados e desafios e um conjunto de recomendações para o desenvolvimento de políticas que articulam arte, cultura e educação.

Porque arte e cultura na educação?

O papel da arte e da cultura no desenvolvimento integral de crianças, adultos e jovens não é um tema novo. Diferentes estudos produziram evidências quantitativas e qualitativas que demonstram o quanto o acesso à vivência artística e cultural impacta positivamente inúmeras dimensões do sujeito, apoiando, inclusive, a redução de desigualdades em contextos de vulnerabilidade.

No Brasil, desde 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorpora artes como componente obrigatório do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, englobando artes visuais, música, dança, teatro e artes integradas, além de tema também já mobilizado e incentivado na etapa da Educação Infantil. Arte e cultura estão presentes também nas competências gerais que a BNCC define para serem desenvolvidos por toda a Educação Básica¹.

No levantamento produzido pela pesquisa "Hábitos Culturais" (2025)², coordenada pela Fundação Itaú e Datafolha, 41% dos brasileiros mencionaram a escola como um dos locais em que costumam realizar atividades artísticas e culturais. Além disso, da mesma

forma, a maioria dos brasileiros (72%) afirmou que participaria de mais atividades artísticas se elas fossem realizadas com maior frequência nas escolas do bairro.

Onde a arte está presente, ela produz impactos positivos. Dados do PISA 2022³ também mostram um efeito importante da arte no desenvolvimento socioemocional dos estudantes. Jovens de 15 anos que afirmaram participar de pelo menos uma atividade artística ou cultural por semana tiveram níveis mais altos em diversas habilidades sociais e emocionais.

Os dados do PISA sugerem ainda que a participação dos estudantes brasileiros em atividades artísticas e culturais, no ambiente escolar, está relacionada à visão deles sobre a escola. Estudantes que participam recorrentemente de atividades culturais se sentem mais seguros e pertencentes à escola do que aqueles que participam com menos frequência ou, que até mesmo, não participam.

Entre os responsáveis, o reconhecimento da influência das atividades culturais em aspectos da vida dos filhos é alto. A maioria deles concorda, seja em parte,

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

² FUNDAÇÃO ITAÚ. Observatório Fundação Itaú; Datafolha. Hábitos Culturais – 6ª edição. 2025. Disponível em: <https://www.fundacaoitau.org.br/observatorio/biblioteca/habitos-culturais>.

³ ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). PISA 2022 Database. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/data/datasets/pisa-2022-database.html>.

seja totalmente, que as atividades culturais são um fator para ajudar os filhos a terem mais vontade de frequentar a escola (94%), melhorar o desempenho escolar (94%), além de impactar positivamente os relacionamentos em casa (95%) e com outras pessoas (92%), conforme constatado na “Pesquisa Hábitos Culturais” (Fundação Itaú, 2025).

Se o acesso à arte por meio da escola é importante, ele também é marcado por desigualdades. A pesquisa identificou ainda que um quarto dos jovens entre 16 e 24 anos, os quais disseram não praticar nenhuma atividade artística, aponta a falta de recursos financeiros como um fator determinante. A disparidade socioeconômica afeta também a disponibilidade de atividades artísticas e culturais nas escolas brasileiras e, conseqüentemente, a participação dos estudantes. Dados do PISA apontam que escolas de alto nível socioeconômico no Brasil têm maior probabilidade de oferecer aulas ou atividades artísticas e culturais do que as de baixo nível socioeconômico. Essa disparidade demanda a construção de estratégias que permitam ampliar a oferta de atividades artístico-culturais nas escolas públicas que atendem estudantes de baixa renda e reforçam o papel da educação como aliada das políticas públicas de cultura.

O estudo "As artes e o desempenho de jovens em situação de risco: achados de quatro estudos longitudinais" (The arts and achievement in at-risk youth: findings from four longitudinal studies)⁴, desenvolvido em 2012 pelo National Endowment for the Arts, demonstrou que as experiências artísticas não

apenas contribuem para o desempenho escolar, mas também funcionam como estratégias de equidade ao beneficiarem especialmente jovens de baixa renda. Para o grupo em questão, a vivência de experiências artísticas intensivas desde a infância está relacionada ao alcance consistente de resultados superiores, em diversas dimensões, quando comparados a seus pares com pouca ou nenhuma exposição às artes. Jovens em situação de vulnerabilidade social com histórico de alta participação em atividades artísticas alcançaram médias superiores em matemática, ciências e escrita. Estudantes de baixa renda com acesso à arte têm maior probabilidade de concluir o Ensino Médio, ingressar em cursos superiores e obter diplomas de bacharelado. Entre os jovens que se envolvem em atividades culturais, observam-se taxas mais elevadas de participação em atividades extracurriculares, voluntariado, leitura, visitas a bibliotecas e interesse por atualidades.

A arte também produz impacto quando vivenciada fora da escola. O estudo “Comunidades de aprendizagem em cultura visual: como e o que os estudantes passam a conhecer em grupos de arte informais” (Visual Culture Learning Communities: How and What Students Come to Know in Informal Art Groups)⁵ (2013) mostrou como jovens organizados em torno de práticas como produção audiovisual, fanart, streetart, cosplay e graffiti relatam ganhos significativos em habilidades criativas, comunicação pessoal, senso crítico e aprendizagem colaborativa. As ações nessas comunidades se desenvolvem principalmente de maneira informal, por meio de grupos

⁴ Catterall, J. S. et al. (2012) – The Arts and Achievement in At-Risk Youth: Findings from Four Longitudinal Studies (National Endowment for the Arts).

⁵ Freedman, K. et al. (2013) – Visual Culture Learning Communities: How and What Students Come to Know in Informal Art Groups (Studies in Art Education)

autogeridos e fora do ambiente escolar, tais como: clubes, projetos comunitários, coletivos, centros culturais e encontros domiciliares. A aprendizagem é orientada pelos interesses dos participantes e ocorre de modo colaborativo e não hierárquico, integrando saberes formais e não formais, como mídias visuais e experiências pessoais.

Fora dos espaços e dinâmicas típicas das instituições escolares, essas comunidades funcionariam como ambientes de aprendizagem autodirigida, em que o interesse é compartilhado por meio de variadas formas de expressão visual. O engajamento intelectual e emocional dos participantes é impulsionado por atividades de desenho, pintura, produção de vídeos, figurino, escrita e programação. A participação, nessas produções, fomenta outros aspectos centrais da formação integral, incluindo redes de apoio e pertencimento entre os jovens. Nelas, eles exploram e expressam sua identidade através da produção visual, aprendendo a analisar imagens, símbolos e mensagens da mídia e da cultura, além de decidirem os suportes, temas e estilos que querem explorar, assumindo, assim, o papel de protagonistas e de criadores ativos. Desse modo, por estarem conectadas aos interesses diretos e reais dos estudantes, essas práticas geram envolvimento genuíno.

O envolvimento em comunidades de cultura visual também demonstrou ganhos em dimensões importantes, como capacidade de aprendizagem autônoma, colaboração entre pares e experimentação

criativa, que contribuem para o fortalecimento da identidade, da autoestima, da criticidade e da capacidade de articulação coletiva. Os autores do estudo recomendam que os sistemas educacionais formais reconheçam e dialoguem com essas práticas, o que inclui parcerias com grupos autogeridos ou a incorporação de linguagens e metodologias derivadas dessas comunidades ao currículo oficial.

Esses e outros estudos oferecem insumos valiosos para o debate sobre a relevância das artes como componente estruturante da educação. Seus resultados demonstram que a arte e a cultura podem atuar como fatores de mitigação de desigualdades educacionais, favorecendo trajetórias escolares mais bem-sucedidas, especialmente entre estudantes de menor nível socioeconômico. Evidenciam ainda como as práticas culturais compensam lacunas do sistema educacional tradicional, muitas vezes distante das linguagens visuais e digitais que compõem o repertório dos jovens.

O principal aprendizado que emerge de todas essas pesquisas é que as experiências artísticas não podem ser encaradas apenas como apêndices complementares nos currículos, já que constituem parte fundamental e estratégica da formação integral de crianças, adolescentes e jovens, posto que impactam positivamente a aprendizagem, favorecem a permanência, ajudam a criar senso de pertencimento, melhoram a convivência e contribuem para a redução das desigualdades.



Metodologia

Em 2025, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), sob coordenação do Observatório da Fundação Itaú e em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura (MinC), realizou um amplo mapeamento de experiências nacionais e internacionais em arte, cultura e educação. O objetivo era compreender os resultados da aliança entre ações educativas e o ensino-aprendizagem em arte e cultura e suas contribuições para formulação de políticas públicas educacionais e culturais.

O mapeamento contemplou ações ou iniciativas que, por meio de práticas diversas de arte e cultura, visam estimular o desenvolvimento integral de crianças e

incluiu iniciativas de diferentes escalas e em diferentes estágios de amadurecimento e institucionalidade. Foram pesquisadas ações promovidas tanto dentro do universo da Educação Básica, quanto fora dele.

O processo de mapeamento das experiências foi organizado em uma sequência de passos metodológicos descritos a seguir e chegou a um conjunto de 72 iniciativas nacionais e internacionais desenvolvidas na intersecção entre educação e cultura.

FIGURA 1. Passos para o mapeamento de experiências

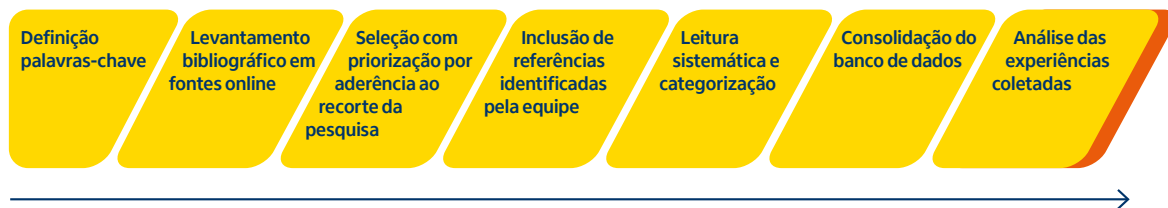
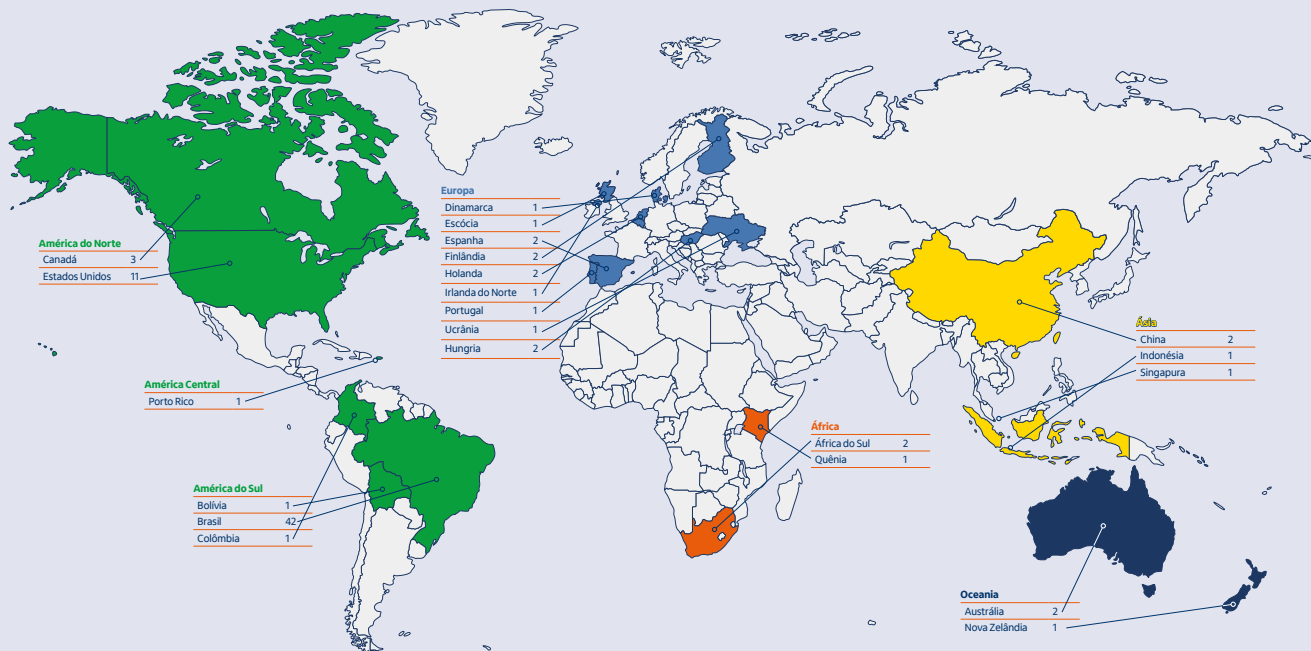


FIGURA 2. Distribuição geográfica das experiências mapeadas



A pesquisa se estruturou fundamentalmente em uma análise documental, baseando-se em informações disponíveis online, estudos de casos já publicados e, em menor escala, contato direto com os responsáveis pelas iniciativas.

O mapeamento inicial contou com uma busca sistemática, com palavras-chave em português, inglês e espanhol em publicações acadêmicas sobre o tema. Neste levantamento, foram analisados a metodologia dos projetos, as atividades realizadas, a carga horária e duração, o número de pessoas atendidas, as faixas etárias ou níveis de ensino, os profissionais e organizações envolvidas, o envolvimento de famílias ou não, o resultado esperado no desenho do projeto

e o resultado alcançado a partir de sua realização. Buscou-se também experiências que contassem com materiais, instrumentos e relatórios de análise de impacto e monitoramento.

Feito o levantamento amplo, foram identificadas algumas experiências para análise das informações coletadas, agregando, quando necessário, novas fontes documentais, como bibliografia e textos institucionais.

As oito experiências selecionadas e apresentadas aqui estão organizadas nos três grandes eixos já mencionados: (i) políticas públicas institucionalizadas, (ii) experiências de equipamentos culturais e (iii) experiências de escolas de educação básica.



Resultados do mapeamento

Este capítulo apresenta alguns resultados do mapeamento, trazendo informações gerais levantadas sobre as iniciativas estudadas.

No eixo de políticas públicas, são apresentadas quatro iniciativas : (i) o processo de implementação da Nova Declaração Curricular e Política de Avaliação na África do Sul (Curriculum and Assessment Policy Statement); (ii) os Centros Municipais de Arte e Cultura de Porto Velho (RO); (iii) as Escolas Livres de Cultura do Ceará e, por fim; (iv) a Escola Livre de Artes Arena da Cultura de Belo Horizonte (MG).

O segundo bloco traz duas experiências desenvolvidas por equipamentos culturais: (i) o Memorial do Homem Kariri, da Fundação Casa Grande, sediada na Chapada do Araripe (CE), e (ii) o Museu da Maré, que guarda a memória de uma das maiores favelas do Rio de Janeiro (RJ).

Por fim, duas ações desenvolvidas em escolas são detalhadas: (i) a Escola Parque 307/308 Sul, em Brasília (DF) e (ii) o Projeto BatucAção, desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Victor Issler, no bairro Mário Quintana, em Porto Alegre (RS).





Políticas Públicas Institucionalizadas

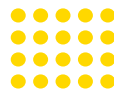
Componentes de Artes na Política de Diretrizes Curriculares e de Avaliação da África do Sul (Art Subjects/ Curriculum and Assessment Policy Statements)

A Política de Diretrizes Curriculares e de Avaliação da África do Sul (Curriculum and Assessment Policy Statements - CAPS) é a atual política nacional curricular sul-africana, que reflete os esforços do país para a construção de uma educação democrática, inclusiva e sensível à diversidade cultural. Em vigor desde 2012, a diretriz assume a valorização das artes como elemento integrante da formação humana e cidadã, incluindo o ensino de artes criativas (creative arts) como um componente obrigatório. O objetivo central é que os estudantes desenvolvam a criatividade, a expressão e a competência básica em diferentes linguagens artísticas, além de formar futuros públicos e consumidores de artes.

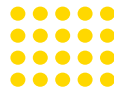
A política é aplicada à Educação Básica de crianças e adolescentes de 4 a 15 anos e abrange todas as escolas públicas do país. A regulamentação é sustentada por documentos legais como o "National Curriculum Statement" e a própria CAPS, que orienta os conteúdos, objetivos, estratégias e formas de avaliação, contando com financiamento nacional, o qual inclui repasses específicos para programas de apoio pedagógico e de formação docente. O acompanhamento

da diretriz é de responsabilidade do Departamento de Educação Básica.

Os professores são encarregados de criar planos de aula, ministrar conteúdos e avaliar o desempenho dos alunos.



A implementação universal da CAPS garante o direito de todos os estudantes ao currículo proposto, com atenção específica a contextos historicamente desfavorecidos, como zonas rurais e comunidades negras urbanas. Embora as diretrizes sejam elaboradas de forma centralizada, elas contam com margens de adaptação local.



As abordagens pedagógicas adotadas nas escolas sul-africanas têm priorizado perspectivas mais colaborativas, centradas na construção de conhecimento e no raciocínio crítico.

Nesse cenário, destacam-se a Pedagogia do oprimido, de Paulo Freire, e a pedagogia Ubuntu, que enfatiza a comunidade e a responsabilidade mútua.

Desde a educação infantil, o currículo propõe o ensino de artes como parte da disciplina life skills (habilidades para a vida). A partir da Fase Sênior, equivalente aos anos finais do Ensino Fundamental, as artes são implementadas como um componente específico e com maior aprofundamento, sendo ofertadas duas horas semanais de ensino de artes em horário regular, com possibilidade de ampliação. Os alunos optam por duas a três linguagens - entre dança, teatro, música e artes visuais - para compor sua carga horária.

Nos componentes específicos, o currículo da CAPS estabelece objetivos próprios para cada linguagem artística. A disciplina de dança, por exemplo, busca promover o desenvolvimento de coordenação, força e flexibilidade por meio da prática e da improvisação, enquanto o teatro visa aprimorar a coordenação corporal e vocal através da colaboração e da exploração criativa.

O monitoramento da implementação curricular é orientado pelo “School Monitoring Survey”, pesquisa nacional bienal realizada pelo governo que acompanha indicadores relacionados à infraestrutura, desempenho e percepção dos docentes. Os dados produzidos pela pesquisa são públicos e utilizados para ajustes da política por meio do plano de ação, elaborado a partir da análise comparativa do levantamento⁶. A revisão da política é contínua e realizada por comissões técnicas e acadêmicas.

A avaliação de desempenho dos alunos na fase sênior (creative arts) acontece em nível escolar, recorrendo tanto a processos formais quanto informais, como testes, projetos, performances, monitoramento através de observação e interações em sala de aula. Os processos formais de avaliação para os estudantes dessa fase incluem um programa específico para cada linguagem artística, considerando também o seu ano, o que determina os tipos de atividades a serem avaliadas.

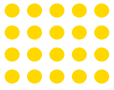
QUADRO 1. Características do Curriculum and Assessment Policy Statement (2012)

Esfera da política	Nacional, implementada e acompanhada pelo <i>Department of Basic Education</i> (Departamento de Educação Básica).
Tempo de implementação	Implementado em 2012, a partir da revisão do National Curriculum Statement Grades, criado em 2002.
Escolha dos locais e critérios de implementação	Universal, como diretriz nacional para a Educação Básica.
Público	Estudantes da Educação Básica
Intersetorialidade e governança	Gestão pelo Departamento de Educação Básica
Regulamentação	Lei nacional e documentos curriculares oficiais.
Acompanhamento e avaliação	Apresenta instrumentos como o <i>School Monitoring Survey</i> e estudos de mensuração de resultados e impactos.

⁶ Para ver mais, acessar: <<https://caps123.co.za/understanding-the-south-african-school-curriculum-a-comprehensive-primer-for-parents/>>.

Articulação curricular	Estruturado por linguagem artística com avaliação formativa (formal e informal).
Ações de formação para educadores	Contínua e institucionalizada, desenvolvimento de currículo, metodologias de ensino e estratégias de avaliação.

Fonte: Elaboração CEBRAP, 2025.



A liberdade para que os próprios alunos possam escolher suas linguagens de preferência atua como forma de reconhecer o seu protagonismo e as suas necessidades individuais.

A experiência sul-africana evidencia um compromisso consistente com a educação inclusiva e a valorização da cultura no currículo escolar.

A implementação nacional do CAPS, com apoio e processos sistemáticos de avaliação, oferece uma referência sólida para a integração da arte e da cultura à formação básica de maneira estruturada e orientada ao desenvolvimento dos estudantes, uma inspiração relevante para políticas educacionais no Brasil.

A eventual oportunidade de intercâmbio de experiências entre os dois países poderia contribuir para o aprimoramento curricular e o fortalecimento de práticas educativas inclusivas no contexto brasileiro. Apesar dos desafios relacionados a recursos e infraestrutura, semelhantes aos observados no Brasil, a troca de práticas e perspectivas pode enriquecer ambos os sistemas educacionais, promovendo abordagens mais flexíveis, eficazes e centradas nos estudantes.

Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar – CMACEs

📍 Porto Velho – RO

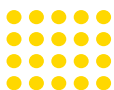
Os Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar (CMACEs), de Porto Velho, representam uma política pública voltada para a valorização da arte, da cultura local e da formação cidadã. Os equipamentos foram criados a partir da iniciativa da Prefeitura da cidade, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed).

A institucionalização como política pública tem como principal marco a transformação das antigas Escolas Municipais de Música em Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar, realizada por meio de Lei Complementar⁷, em 2019. Desde então, os CMACEs passaram a integrar oficialmente a estrutura da Semed, administrados por meio do Departamento de Políticas Educacionais.

As estruturas operam como equipamentos públicos de educação com características e atendimento diversos da Educação Básica, oferecendo uma gama variada de atividades artísticas e culturais. A integração com as escolas regulares acontece por meio de atividades no período complementar ao escolar, com atendimento prioritário aos alunos da rede municipal de ensino.

⁷ Lei Complementar nº 772, de 12 de julho de 2019, art. 2º, § 2º. Ver mais em: <https://sapl.portovelho.ro.leg.br/ta/530/text?utm_source=

O ingresso dos participantes ocorre via chamada pública anual, conforme edital⁸, com vagas prioritariamente destinadas a alunos regularmente matriculados na rede municipal⁹. A necessidade de comprovação de matrícula e de frequência escolar fortalece a articulação com as instituições de ensino da rede, promovendo um impacto positivo na prevenção à evasão e ao abandono das escolas.



A descentralização da oferta cultural é uma característica importante das CMACEs. As três unidades, estrategicamente localizadas em diferentes regiões de Porto Velho, favorecem a aproximação das comunidades aos processos formativos e a valorização das identidades locais.

As estruturas dispõem de salas de aula adaptadas para práticas artísticas, auditórios, salas de música e ambientes de convivência, que são geridas por equipes de educadores sociais, artistas locais e técnicos da Semed.

Os principais cursos oferecidos são teatro, dança,

música, artes visuais, capoeira, grafite e produção audiovisual. Além disso, há oficinas de ritmos amazônicos e manifestações da cultura popular local, o que revela o compromisso dos CMACEs com a valorização da identidade cultural regional e o protagonismo dos saberes comunitários. As atividades são organizadas em módulos e ministradas por servidores públicos municipais e da Secretaria Municipal de Educação, muitos deles egressos de cursos da própria instituição. A iniciativa também investe em mostras culturais, festivais e apresentações públicas. Nessas ocasiões, os alunos têm a oportunidade de socializar suas criações com a comunidade, o que representa uma estratégia importante de fortalecimento de vínculos sociais e escolares.

A oferta formativa contempla ainda cursos de aperfeiçoamento e atualização¹⁰ destinados a professores da rede pública municipal, promovidos em regime de parceria interinstitucional, somados a workshops, ciclos de palestras, ações de assessoria e apoio a projetos e programas artísticos nas escolas da rede. Outro aspecto relevante é a realização de ações formativas para os profissionais alocados nos CMACEs, que incluem desde temáticas operacionais até encontros pedagógicos relacionados à arte e à inclusão, incorporados recentemente ao planejamento participativo das ações¹¹.

A manutenção e o funcionamento dos CMACEs são custeados com recursos do orçamento municipal,

⁸ Conforme informações disponíveis em: <<https://semed.portovelho.ro.gov.br/artigo/50204/inscricoes-abertas-prefeitura-abre-vagas-para-cursos-ofertados-nos-centros-de-arte-e-cultura>>

⁹ Ver mais em: <[https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/editor/files/EDITAL%202025%20-%20CHAMADA%20ESCOLAR%20DOS%20CENTROS%20MUNICIPAIS%20DE%20ARTE%20E%20CULTURA%20ESCOLAR\(1\).pdf](https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/editor/files/EDITAL%202025%20-%20CHAMADA%20ESCOLAR%20DOS%20CENTROS%20MUNICIPAIS%20DE%20ARTE%20E%20CULTURA%20ESCOLAR(1).pdf)>.

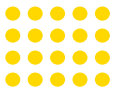
¹⁰ Artigo 3 da Lei Complementar 772 de 12 de julho de 2019.

¹¹ Ver mais em: <<https://rondonoticias.com.br/noticia/capital/138006/prefeitura-realiza-encontro-dos-centros-municipais-de-arte-e-cultura-escolar>>

por meio do Programa de Apoio Financeiro às Escolas Públicas Municipais (PROAFEM). Além disso, a legislação prevê a possibilidade de celebração de convênios, acordos ou similares com organismos e/ou instituições públicas ou privadas.

O monitoramento e a avaliação de resultados é realizado por colegiados internos para discussão

e prestação de contas, mas não há publicação de relatórios, indicadores ou pesquisas de opinião dos participantes. A administração municipal declara que os resultados potenciais da política pública incluem a promoção do desenvolvimento artístico e educacional, impactando positivamente a autoestima, o comprometimento, a interação social e o raciocínio lógico¹².



O regimento escolar e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) dos centros são unificados, estabelecendo diretrizes metodológicas e organizacionais para as unidades. Apesar da unificação, cada CMACE possui autonomia para complementar ou adaptar as diretrizes às especificidades das comunidades e dos territórios em que estão inseridos.

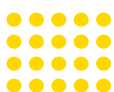
QUADRO 2. Características dos Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar (CMACEs)

Esfera da política	Municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Educação (Semed).
Tempo de implementação	Criada e implementada formalmente desde 2019 pela Lei Complementar nº 772/2019, (que transforma as Escolas Municipais de Música em Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar (CMACEs)
Escolha dos locais e critérios de implementação	Os locais de implementação são definidos pelo município. Há três centros implantados em bairros distintos. A seleção de participantes ocorre via chamada pública anual.
Público	Prioridade para estudantes da rede pública e por ordem de inscrição presencial. Também são oferecidas atividades para a comunidade em geral, tendo como idade mínima 17 anos.
Intersetorialidade e governança	O financiamento ocorre via orçamento municipal (PROAFEM) e pode incluir convênios. A governança é feita pela SEMED, com quadro de servidores públicos municipais ou comissionados.
Regulamentação	Lei Complementar nº 772/2019.

¹² Ver mais em: <<https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/49292/arte-que-transforma-cmace-laio-consolida-acoes-no-ensino-artistico-e-cultural-na-rede-municipal>>.

Acompanhamento e avaliação	A frequência dos alunos é monitorada pelas equipes pedagógicas dos centros, em suas respectivas atividades, com acompanhamento da matrícula da escola em horário regular. Os indicadores existentes são os números de vagas oferecidas, publicadas em portais de notícias ou nos editais existentes.
Articulação curricular	A lei prevê o regimento escolar e um projeto político-pedagógico unificado, que orientam sua organização administrativa, didática e disciplinar. Cada centro pode complementar essas diretrizes conforme as especificidades da comunidade onde está inserido. As atividades são estruturadas como extensão curricular e oferecidas no período complementar ao escolar.
Ações de formação para educadores	O projeto prevê formação dos professores. Entre 2022 e 2025, abordaram temas de arte, inclusão, procedimentos operacionais e planejamento de atividades.

Fonte: Elaboração CEBRAP, 2025.



A experiência dos Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar de Porto Velho revela avanços importantes na institucionalização de uma política pública voltada à promoção da educação integral, com forte valorização da cultura local, das expressões artísticas e do protagonismo juvenil.

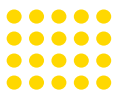
A proposta se destaca pela intencionalidade pedagógica e envolvimento dos professores da rede que atuam nos equipamentos. A realização de formações e o envolvimento dos profissionais nos processos de planejamento reforçam o compromisso com a qualidade das práticas oferecidas.

Em contrapartida, a iniciativa enfrenta desafios significativos relacionados à sua abrangência e cobertura. Atualmente, seu alcance é limitado pela existência de apenas três centros em funcionamento, diante de uma rede composta por 139 escolas municipais e aproximadamente 29 mil estudantes apenas no Ensino Fundamental. A limitação reforça a importância de ampliar o investimento na expansão territorial dos CMACEs, além de fortalecer os mecanismos de articulação com as escolas para garantir maior capilaridade e integração das ações no cotidiano escolar.

O reconhecimento formal das atividades artísticas como parte da carga horária escolar, assim como a institucionalização de mecanismos de avaliação de impacto, são oportunidades para fortalecer ainda mais a intersectorialidade entre educação e cultura. Ainda assim, os CMACEs se configuram como uma política promissora, que merece ser reconhecida e potencializada como parte de uma política educacional comprometida com a diversidade, o território e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Escolas Livres de Cultura – Programa Escolas de Cultura

📍 Ceará



O Programa Escolas de Cultura do Ceará foi institucionalizado via lei estadual¹³, em 2022, e tem como objetivos promover espaços formativos diversos em arte e cultura por meio de cursos alinhados às expressões culturais e vocações dos territórios.

A iniciativa busca fortalecer experiências formativas já existentes, integrar diferentes setores e agentes culturais, e expandir a presença da política cultural em todo o território cearense. O programa oferece formação em níveis e formatos variados - livres, profissionais, técnicos e acadêmicos - com currículos e

programas inovadores. As atividades oferecidas são voltadas para jovens, estudantes, artistas, produtores e gestores culturais, ampliando o acesso de forma descentralizada à formação e à produção de conhecimento cultural e artístico.

O Programa é integrante do Sistema Estadual da Cultura¹⁴, que estabelece as normativas gerais das políticas públicas de cultura e apresenta a organização institucional; os recursos, os espaços de participação social, o monitoramento e a avaliação, além dos aspectos jurídicos. A estrutura institucional também dialoga com a Meta 10¹⁵ do Plano Estadual de Cultura (2015)¹⁶, que destaca a importância da criação de cursos continuados para agentes culturais e programas de aperfeiçoamento para artistas e gestores culturais. As oito modalidades¹⁷ do programa são apresentadas como “escolas” - no sentido ampliado do termo - que constituem ambientes formais e não formais de formação artística e cultural. Assim, o conceito de “escola” adotada pelo programa compreende uma pluralidade de ambientes capazes de oferecer formação em arte e cultura de maneira sistemática, acessível e respeitosa à diversidade.

¹³ Lei estadual nº18.299, de 27 de dezembro de 2022. Disponível em <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2022/12/Lei-Programa-Escolas-da-Cultura.pdf>

¹⁴ O Sistema Estadual da Cultura é previsto na Lei n.º 18.012, de 1.º de abril de 2022. Disponível em: <<https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2022/12/Lei-Programa-Escolas-da-Cultura.pdf>>.

¹⁵ O texto da Meta 10 se apresenta como: Ampliar em 50% (cinquenta por cento) o número de cursos, fóruns, oficinas e seminários, na área de Gestão Cultural e Arte e Cultura, em todo o território cearense, objetivando a formação artística, a qualificação dos gestores e profissionais da cultura.

¹⁶ Ver mais em: <<https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2018/10/plano-estadual-de-cultura-secult-ce.pdf>>.

¹⁷ Ver mais em: <<https://www.secult.ce.gov.br/escolas-da-cultura/>>.

QUADRO 3. Modalidades previstas¹⁸ no Programa Escolas de Cultura

Escolas Estaduais de Educação Profissional – atuam no eixo tecnológico de produção cultural e design, integrando a formação técnica à criação e à gestão cultural. Esses cursos ocorrem em escolas da rede estadual de educação profissional.

Escolas Estaduais de Tempo Integral – promovem projetos culturais e artísticos nos tempos eletivos, realizado em conjunto com a Secretaria da Educação do Estado (Seduc), que ocorrem diretamente nas unidades escolares de Ensino Médio da rede estadual.

Escolas Livres de Formação Artística e Cultural – coordenadas por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), funcionam como polos descentralizados de formação e refletem a valorização de saberes diversos nos territórios.

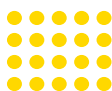
Escolas de Ensino Superior – oferecem cursos de extensão, graduação e pós-graduação com foco em arte e cultura, inserindo as universidades públicas e privadas como espaços para ações do programa.

Escolas dos Equipamentos Culturais – espaços da Rede de Equipamentos Culturais do Estado do Ceará (RECE), como bibliotecas, museus, teatros e centros culturais, vinculados diretamente à Secult.

Escolas Públicas da Cultura – ações realizadas em equipamentos culturais mantidos pelas secretarias municipais de cultura, com apoio do Estado. A modalidade expressa o esforço de articulação federativa e aparece de forma complementar ao disposto na Lei quanto ao fomento à formação em equipamentos municipais.

Escolas com os Mestres da Cultura – realizam rodas de saberes, oficinas e aulas-espetáculos com mestres da cultura popular reconhecidos pelo Estado, abordagem que valoriza o patrimônio imaterial e o protagonismo das tradições locais.

Espaços híbridos de mediação cultural e formação de público – ocorrem por meio de eventos, festivais e ações formativas temporárias, com função educativa e de democratização do acesso à arte e à cultura.



Um princípio estruturante da iniciativa é o reconhecimento do protagonismo educativo de povos e comunidades tradicionais, entre eles indígenas, quilombolas, ciganos e povos de terreiro, assegurando o respeito às suas especificidades e formas próprias de produção e transmissão de conhecimento.

A diretriz reforça o compromisso com uma política cultural fundamentada na pluralidade de saberes e na justiça social.

Nesse conjunto, vale destacar a modalidade três do Programa, isto é, as Escolas Livres de Formação Artística e Cultural - ou Escolas Livres da Cultura, como são conhecidas. Essas escolas atuam na

¹⁸ Modalidades previstas na Lei nº 18.299/2022

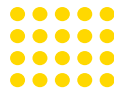
ampliação do acesso e no fomento a práticas diversas de formação em arte e cultura, beneficiando as organizações da sociedade civil (OSCs) que realizam projetos nas comunidades, de maneira semelhante aos Pontos de Cultura. O edital mais recente das Escolas Livres declara que entre os seus objetivos estão:

- Cumprir as diretrizes da Política Nacional Aldir Blanc no Ceará.
- Fomentar políticas de conhecimento, formação, leitura e livro.
- Garantir a diversidade no acesso a recursos públicos.
- Assegurar direitos culturais e reduzir desigualdades regionais.
- Criar um ambiente propício à criação e fruição cultural.
- Descentralizar o acesso a recursos.
- Valorizar a pluralidade das expressões culturais.
- Fortalecer ações formativas da sociedade civil.
- Estimular novas iniciativas voltadas à cidadania e inclusão.
- Garantir continuidade às formações selecionadas.
- Ampliar o acesso inclusivo à formação artística e apoiar a consolidação da Rede das Escolas da Cultura.

A seleção das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) responsáveis pela implementação do programa é realizada por meio da avaliação das propostas apresentadas. O processo inclui a análise da coerência entre os objetivos e as metodologias propostas, bem como a capacidade de execução da organização. Outros aspectos relevantes avaliados são o compromisso com a produção de conhecimento, com a formação cidadã e com a promoção da diversidade cultural. São selecionadas as OSCs com maior aderência aos objetivos do programa, considerando sua experiência prévia comprovada em

formação artístico-cultural por meio de portfólios, planos de trabalho e documentação legal. Após a seleção, as instituições integram a Rede de Escolas da Cultura do Ceará, por meio de apoio financeiro durante dois anos.

As organizações são responsáveis pela contratação e pela formação dos profissionais que atuam nas iniciativas.



No processo de seleção das OSCs, é atribuída bonificação na pontuação de classificação àquelas cujas equipes contem com a participação de mulheres, pessoas sujeitas a violência ou discriminação de gênero, pessoas com 60 anos ou mais, integrantes de grupos em situação de vulnerabilidade social, indígenas, quilombolas, pessoas negras e pessoas com deficiência.

O comitê de avaliação é composto por representantes da Secretaria da Cultura (Secult) e da sociedade civil.

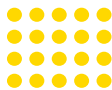
O primeiro edital das Escolas Livres foi lançado em 2016, período anterior à formalização normativa do programa. Naquele ano, foram selecionadas 29 OSCs e a iniciativa contemplou 9.162 alunos. O segundo edital, já referenciado diretamente ao programa, foi realizado em 2022 e aprovou 30 organizações para a execução das ações previstas, alcançando 8.192 pessoas. Para o ano de 2025, foram selecionadas 14 OSCs¹⁹.

¹⁹ Quantitativos conforme editais publicados, referências ao final deste relatório.

Entre as contempladas da edição atual está a Associação Vidança - Cia. de Danças do Ceará²⁰, instituição já certificada como Ponto de Cultura e que passou a ser reconhecida também como uma Escola da Cultura. O reconhecimento permitiu a continuidade das atividades da Escola de Arte e Ofícios da associação, que manteve as aulas gratuitas de danças, música, costura e artes visomanuais^{21 22}.

A Secretaria da Cultura do estado desenvolveu uma política de formação continuada para o fortalecimento institucional de cada uma das organizações contempladas nos editais, buscando a manutenção e ampliação do Programa²³, ação que demonstra uma estratégia para potencializar o recurso. O documento também destaca a articulação entre cultura e educação²⁴ para uma formação artística e transversal.

Oferecem e estimulam atividades de criação, fruição, experimentação, produção, reflexão e ação artística e sociocultural em rede²⁵. Além disso, têm como premissa o diálogo entre arte, cultura, educação e inovação, pensados para uma formação artística e transversal²⁶.



As Escolas Livres da Cultura se propõem como ambientes plurais de convivências, encontros e formação em torno da construção de conhecimentos, saberes, fazeres, ofícios, técnicas e competências profissionais.

²⁰ Para saber mais, acessar: < <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/espaco/836/>>.

²¹ As artes visomanuais englobam criação literária, contação de histórias, percussão, produção de bordados, fuxicos e reutilização de materiais

²² Ver “Edital Escolas Livres de Formação Artística e Cultural”, página 230. Disponível em: <https://mpce.mp.br/wp-content/uploads/2023/07/Ceara-estado-da-cultura.pdf>

²³ Disponível em: <https://mpce.mp.br/wp-content/uploads/2023/07/Ceara-estado-da-cultura.pdf>.

²⁴ Ver “Integração, transversalidade e criação em rede”, página 232. Disponível em: <https://mpce.mp.br/wp-content/uploads/2023/07/Ceara-estado-da-cultura.pdf>.

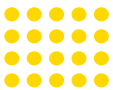
²⁵ Ver edital em: <<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/opportunity/5957/3-edital-escolas-livres-da-cultura-1.pdf>>.

²⁶ Conforme disponível em: <https://mpce.mp.br/wp-content/uploads/2023/07/Ceara-estado-da-cultura.pdf>.

QUADRO 4. Características das Escolas Livres de Cultura do Ceará.

Esfera da política	Iniciativa estadual, da Secretaria da Cultura do Ceará (Secult), com implementação em diversos municípios.
Tempo de implementação	Em vigor desde 2022, institucionalizada pela Lei nº18.299, de 27/12/2022, com editais para implementação via OSCs.
Escolha dos locais e critérios de implementação	Os locais são definidos pelas OSCs proponentes, com base em sua atuação territorial.
Público	O público-alvo são jovens, artistas, coletivos e comunidades. A seleção dos participantes é organizada por cada OSC, conforme plano apresentado no projeto.
Intersetorialidade e governança	A gestão é exclusiva da Secult. O financiamento é feito com recursos do Fundo Estadual de Cultura, da Lei Rouanet, além de haver a possibilidade de parcerias com outras organizações.
Regulamentação	A política está regulamentada na Lei Estadual nº 18.299/2022, Art. 4º, inciso III, que prevê a modalidade como parte do Programa Escolas da Cultura. A execução ocorre via editais públicos.
Acompanhamento e avaliação	As OSCs devem realizar monitoramento e prestação de contas, conforme os Anexos III e IV do edital (planilha física-financeira e relatório final), esses documentos são acompanhados pela Secretaria de Planejamento (SEPLAG).
Articulação curricular	O Programa Escola da Cultura prevê ações realizadas em conjunto com as Escolas Estaduais de Tempo Integral, sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC).

Fonte: Elaboração CEBRAP, 2025.



A modalidade de Escolas Livres, incluída no Programa Escolas de Cultura, representa um avanço importante ao reconhecer as organizações de cultura como espaços legítimos de formação cultural, capazes de ofertar experiências educativas diversas e que valorizam o território.

A atuação local das organizações amplia a inclusão sociocultural nos municípios cearenses por meio da diversidade de linguagens artísticas e modelos formativos oferecidos. Institucionalmente, ela representa uma política de financiamento através de editais diretos para as iniciativas locais. O modelo cearense foi uma referência importante para a formulação do Programa Nacional de Escolas Livres de Formação em Arte e Cultura, do governo federal, instituído no ano de 2025, através da Instrução Normativa Nº 24/2025, que propõe a articulação da formação, vivência e protagonismo cultural em nível nacional. O programa tem o objetivo de fortalecer iniciativas de formação artística em outros estados e ampliar o reconhecimento da cultura como campo de formação e direito cidadão.

Em síntese, as Escolas Livres de Formação Artística e Cultural representam uma modalidade essencial para o fortalecimento da formação cultural descentralizada nos territórios e para o reconhecimento dos processos pedagógicos conduzidos por agentes da sociedade civil, sobretudo aqueles que atuam no campo artístico e cultural. No entanto, desafios, como descontinuidade por intercorrências nos editais ou transferências de recursos, podem gerar impactos operacionais para as organizações e, conseqüentemente, no atendimento aos jovens.

Escola Livre de Artes Arena da Cultura

Belo Horizonte - MG

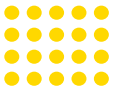
A Escola Livre de Artes Arena da Cultura (ELA-Arena) é uma política pública de formação artística e cultural implementada pela Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte desde 1998, inicialmente sob o nome de Programa Arena da Cultura. A política tem como objetivo democratizar o acesso à cultura por meio da oferta gratuita de oficinas e cursos nas áreas de artes visuais, teatro, música, dança, dentre outras.

Desde sua origem, a ELA-Arena se estrutura com base na descentralização territorial, atuando nas nove regionais administrativas da cidade e dialogando com públicos diversos, entre eles: jovens, adultos e idosos. As atividades acontecem em centros culturais municipais, escolas públicas, centros de referência e espaços comunitários, de forma descentralizada, articulando equipamentos culturais já existentes com os objetivos da formação artística.

A institucionalização do programa foi efetivada em 2014 por meio de um decreto municipal, que criou a Escola Livre de Artes - Arena da Cultura²⁷ a partir da aprovação do Estatuto da Fundação Municipal de Cultura (FMC), órgão da administração indireta da Prefeitura de Belo Horizonte. Desde então, essa política ganhou estrutura administrativa dentro da fundação, incluindo a implementação de processos de monitoramento e avaliação dos programas. Os recursos da ELA-Arena são previstos pelo Plano Municipal da Cultura, com o auxílio de financiamento público municipal da Fundação Municipal de Cultura (FMC) com eventuais complementações via editais e parcerias.

A gestão dos equipamentos e espaços formativos é realizada pela FMC, que coordena tanto as ações pedagógicas quanto os aspectos logísticos. A Fundação possui autonomia administrativa e financeira assegurada, especialmente, por dotações orçamentárias, patrimônio próprio, aplicação de suas receitas e assinatura de contratos e convênios com outras instituições. O quadro de funcionários da FMC que atuam na ELA-Arena é vinculado ao Regime Jurídico Estatutário, por meio de concurso público.

²⁷ Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2014/1578/15775/decreto-n-15775-2014-aprova-o-estatuto-da-fundacao-municipal-de-cultura-e-da-outras-providencias>>.



A Gerência da Escola Livre de Artes Arena da Cultura (Gelar-FMC) é responsável por gerir e viabilizar práticas que concretizem as diretrizes de diversidade, descentralização, democratização do acesso e participação social da instituição. Estas práticas contemplam ações pedagógicas, estrutura física e administrativa voltadas para o atendimento ao público.

A equipe da Gelar mantém a articulação com o Núcleo de Formação e Criação Artística e Cultural (Nufac), órgão que tem atribuições específicas, relativas ao aprimoramento e à execução da abordagem metodológica desenvolvida pela ELA-Arena.

Desde a sua criação, em 1998, até sua institucionalização como Escola Livre, em 2014, o projeto passou por um processo gradual de consolidação. O percurso foi marcado por avanços importantes, como a ampliação das linguagens artísticas oferecidas, o fortalecimento da descentralização territorial, a constituição de uma equipe estável na gestão do programa e a elaboração do Plano Político Artístico-Pedagógico (PPAP)²⁸.

Plano Político Artístico-Pedagógico (PPAP)

O PPAP é um documento formulado para ser utilizado no cotidiano da política, auxiliando na compreensão curricular e metodológicas das oficinas e atividades. Fruto de um trabalho colaborativo, o documento foi criado por diversos(as) agentes culturais

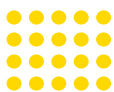
que trabalharam na ELA-Arena, na FMC e na Secretaria Municipal de Cultura (SMC) entre os anos de 2018 e 2020. O conteúdo do PPAP é composto pelo histórico do programa, estrutura organizacional e, especialmente, as diretrizes pedagógicas que orientam a atuação dos educadores, destacando a importância do planejamento coletivo, da escuta dos territórios, da mediação cultural, da transversalidade entre áreas e da articulação com os direitos culturais.

²⁸ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/plano-politico-artistico-pedagogico-ela-arena.pdf>>.

Tais diretrizes orientam uma prática educativa em que os educadores atuam como mediadores culturais, promovendo o diálogo entre saberes populares e educacionais e a valorização da diversidade cultural em processos formativos que valorizam a criação coletiva, a transversalidade entre linguagens artísticas e a experimentação.

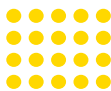
Segundo o PPAP, o programa tem uma presença robusta no território e desenvolve suas atividades em mais de 23 unidades culturais distribuídas pelas nove regionais de Belo Horizonte. Entre 2014 e 2020, foram oferecidas, anualmente, cerca de 4 mil vagas em mais de 180 ações formativas, distribuídas entre cursos, oficinas, encontros e percursos livres de criação artística.

A seleção dos formadores - chamados de arte-educadores ou professores-artistas - ocorre por meio de editais públicos lançados²⁹ pela Prefeitura e coordenados pela FMC, os quais prevêm a contratação dos arte-educadores como prestadores de serviços artísticos e pedagógicos em regime temporário.



O processo seletivo valoriza tanto trajetórias formais — graduação, especializações e experiências em instituições educacionais — quanto trajetórias não formais — atuações em coletivos culturais, projetos comunitários, produção artística independente e militância cultural

A política também prioriza a composição de um corpo docente que reflita a pluralidade de saberes e a representatividade dos territórios.

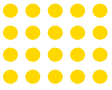


O professor-artista ELA-Arena é um profissional que integra experiência pedagógica e artística consolidada, atuando de forma alinhada à política pública de formação em arte e em cultura

Sua função envolve transformar a aula em espaço de vivência compartilhada, de criação e experimentação, valorizando as subjetividades e a diversidade cultural dos alunos.

As principais atividades que ocorrem nas Escolas Livres de Artes Arena da Cultura contemplam oficinas e cursos livres - sem vínculo com ensino técnico, acadêmico ou profissionalizante - com objetivo de assegurar os direitos culturais. A definição dos locais e dos conteúdos das oficinas não segue apenas critérios administrativos, mas considera a produção cultural própria de cada região, priorizando a oferta de oficinas que atendam às características e necessidades dos locais e de seu público. Na maioria das vezes, as demandas de cursos são apontadas pela comunidade por meio de mecanismos participativos, como Conferências Municipais de Cultura, o Conselho Municipal de Política Cultural, além de instâncias de participação próprias da Escola, como os seminários e os fóruns.

²⁹ Um exemplo é o edital de 2024: <<https://fundac.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Edital-final1-Educadoresas-ELA-Arena-20241.pdf>>



A gratuidade das formações, a oferta de passes de transporte para pessoas de baixa renda, a acessibilidade para pessoas com deficiência e a valorização de trajetórias diversas materializam a agenda de inclusão e garantem a participação de sujeitos historicamente afastados dos circuitos culturais

Além disso, a ELA-Arena promove ativamente ações e atividades de igualdade étnico-racial alinhando-se à Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira. A demanda é proveniente de seminários com a participação da comunidade, desdobrando-se em atividades como “Imagens e Memórias das Áfricas” e “Crianças desenhando e pintando estórias do povo negro”, além da ampliação da oferta da oficina “Dança Afro-brasileira: corpo e ancestralidade”³⁰.

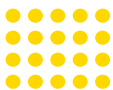
O processo de abertura das atividades é divulgado nos canais da Prefeitura de Belo Horizonte e da Fundação Municipal de Cultura (FMC), com inscrições realizadas online ou presencialmente nos centros culturais parceiros. As vagas são distribuídas entre as unidades, abrangendo as nove regionais administrativas da cidade.

O acesso à ELA-Arena é amplo e inclusivo: não há exigência de comprovação de escolaridade, nem restrições quanto à idade mínima ou máxima para participação. Embora algumas atividades sejam direcionadas a faixas etárias específicas, há oferta formativa para todas as idades - crianças, adolescentes, jovens, famílias e comunidade. A metodologia é concebida para acolher diferentes trajetórias de aprendizagem, sejam elas decorrentes de experiências autodidatas, cursos livres ou formações anteriores.

Entre as diversas linguagens artísticas oferecidas estão dança, circo, teatro, artes visuais e música, contempladas em cursos de curta duração (oficinas entre 20 e 72 horas) e de longa duração (módulos semestrais com duração de até quatro anos). A programação de atividades do ELA-ARENA ainda inclui palestras, minicursos, workshops e fóruns de participação.

A abordagem metodológica busca facilitar o acesso e promover adaptações de acordo com a trajetória de cada estudante. Nos cursos de longa duração, por exemplo, existem duas formas de organização: o formato circular, em que é possível ingressar a qualquer momento e cumprir os módulos de acordo com a escolha individual e o formato sequencial, no qual cada módulo funciona como pré-requisito para o seguinte, exigindo o cumprimento da ordem estabelecida. Há ainda módulos transversais que incentivam a experimentação e o diálogo entre diferentes linguagens.

³⁰ Em 2020, prefeitura de BH lançou um livro sobre o ELA-ARENA, abordando as ações descentralizadas da Escola, além da importância da iniciativa na formação, na democratização do acesso e na promoção dos Direitos Culturais. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/1LP7HckeQuOGzXjHV9gJLmDL3sfQIGktr/view>.



O Plano Político Artístico-Pedagógico (PPAP) integra princípios de valorização da diversidade, da equidade e da história cultural brasileira, orientando toda a concepção e a execução das ações formativas da Escola

O planejamento e formação de profissionais é realizado em reuniões semanais voltadas à troca de informações e à construção coletiva de encaminhamentos. Nessas ocasiões, são abordados temas como o andamento das aulas; reflexão conceitual e atualização das abordagens metodológicas; avaliação dos processos formativos; além de questões do cotidiano escolar, como infraestrutura e uso de materiais didáticos. Também são discutidas ações intersetoriais vinculadas aos projetos Arena da Cultura e Integrarte (detalhados abaixo), organização de calendários e cronogramas, demandas do corpo discente, proposições administrativas e desafios, além de perspectivas das políticas intersetoriais.

O monitoramento e avaliação institucional seguem os parâmetros definidos pelo Plano Político Artístico-Pedagógico (PPAP), que possui um objetivo específico para uso de dados com o intuito de aprimoramento do programa. A diretriz prevê o uso de indicadores como o número de participantes matriculados e permanência nas atividades, bem como dados de perfil, incluindo gênero, raça e renda. Os indicadores de caráter quantitativo devem ser inseridos no SMAPP – Sistema de Monitoramento de Programas e Projetos da SMC, assim como nas demais frentes do ELA-Arena.

Projeto Integrarte

O programa também prevê ações intersetoriais, como a interface com a Secretaria Municipal de Educação através do Projeto Integrarte³¹. A iniciativa disponibiliza 500 vagas anuais distribuídas entre workshops, encontros e um curso de longa duração. O Integrarte é direcionado a profissionais da educação municipal, como professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA, monitores oficinairos da ELA-Arena, coordenadores pedagógicos, diretores e outros agentes de instituições parceiras da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte - SMED. Seu objetivo é qualificar os processos pedagógicos no contexto escolar por meio da formação em arte e cultura para profissionais de escolas da educação básica, promovida por educadores do ELA-Arena.

Os profissionais envolvidos no projeto realizam encontros que podem contar com convidados da própria ELA-Arena ou da Secretaria Municipal de Educação. Entre as pautas recorrentes estão: avaliação e planejamento dos módulos; atualização metodológica; trocas

de experiências docentes; experimentação de práticas artísticas e relatos de professores sobre o acompanhamento aos agentes públicos da Educação no cotidiano das escolas municipais.

O PPAP indica que a proposta metodológica do Integrarte destaca-se por promover reflexões e estudos interdisciplinares no campo da arte e da cultura entre os professores, articulados com os contextos escolares e educativos da cidade. O curso contribui para a formação crítica, a ampliação das práticas expressivas no cotidiano escolar e o fortalecimento da presença da arte como dimensão fundamental da formação humana.

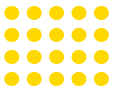
Essa articulação entre formação teórica, prática artística e aplicação pedagógica indica o papel estratégico do Integrarte na mediação entre a ELA-Arena e a rede pública de ensino. Ao potencializar o repertório técnico e metodológico dos(as) professores(as), o projeto amplia a capacidade de integração da arte e da cultura ao cotidiano escolar, contribuindo para a diversificação das práticas docentes e para o fortalecimento das políticas intersetoriais.

³¹ “Formação de trabalhadoras e trabalhadores que atuam em diferentes instâncias da Educação Formal no âmbito municipal, como: Escolas Municipais de Ensino Infantil (EMEIs); Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Programa Escola Integrada (PEI), Programa Escola Aberta (PEA); creches credenciadas; ONGs parceiras” - PPAP, pág. 345.

QUADRO 5. Características da Escola Livre de Artes Arena da Cultura (ELA - Arena)

Esfera da política	Política pública municipal, gerida pela Fundação Municipal de Cultura (FMC), vinculada à Secretaria Municipal de Cultura.
Tempo de implementação	Criada em 1998 e institucionalizada em 2014 pelo Decreto nº 15.775.
Escolha dos locais e critérios de implementação	Descentralização territorial por meio das nove regionais administrativas de Belo Horizonte.
Público	O ingresso ocorre por chamada pública, com divulgação ampla no site da FMC e em canais da Prefeitura. Os interessados preenchem ficha de inscrição online ou presencialmente, com prioridade para residentes dos territórios atendidos e para pessoas em situação de vulnerabilidade social.
Intersetorialidade e governança	Financiamento majoritariamente público municipal, gerido pela FMC. Há convênios intersetoriais com a Secretária Municipal de Educação (SMED) e Fundação de Educação Artes e Cultura (FUNDAC) no caso do Projeto Integrarte. Governança compartilhada por convênios.
Regulamentação	Formalizada por Decreto Municipal nº 15.775/2014 e estruturada pelo Plano Político Artístico-Pedagógico (PPAP), que define diretrizes, objetivos e instrumentos de avaliação.
Acompanhamento e avaliação	O monitoramento é realizado por meio de indicadores como número de matriculados, permanência nas atividades, adesão aos princípios do PPAP, os quais são obtidos por meio de processos como autoavaliações com estudantes e equipe.
Articulação curricular	Segundo o PPAP, as atividades artísticas do programa complementam o desenvolvimento de competências valorizadas no currículo escolar, buscando criar relações entre os modos de fazer e pensar nos campos da arte e da educação.
Ações de formação para educadores	Seleção dos formadores por editais públicos e reconhecimento de saberes prévios. Após a seleção, os arte-educadores passam por formações internas contínuas, como: encontros pedagógicos, residências artísticas, rodas de escuta, oficinas de planejamento coletivo e acompanhamento de práticas. O Projeto Integrarte oferece cursos de curta e longa duração voltados a professores(as) da rede pública. As formações articulam arte, cultura e educação, com metodologias interdisciplinares e escuta ativa das demandas escolares. Os profissionais da ELA-Arena participam de formações ativas, de caráter dialógico, estimulando a participação coletiva nas decisões institucionais. O processo formativo é construído de forma integrada entre professores(as) e demais setores. Tratam de atualização metodológica, designação de docentes, avaliação dos processos formativos, gestão de calendários, demandas do corpo discente, ações intersetoriais, reflexões conceituais, práticas artísticas e proposições administrativas.

Como política pública de formação em arte e cultura, a Escola Livre de Artes Arena da Cultura (ELA-Arena) reúne um conjunto expressivo de práticas pedagógicas e sociais. Sua ampla presença territorial e o compromisso com a inclusão garantem o acesso à formação artística para populações historicamente excluídas, promovendo o reconhecimento de saberes não formais e a valorização de experiências culturais diversas.



O desenho institucional inovador, ancorado na escuta dos territórios, na valorização de saberes plurais e na articulação intersetorial, amplia as possibilidades de inclusão e de fortalecimento das culturas periféricas e populares

A análise da ELA-Arena indica uma estrutura curricular flexível e não hierarquizada (com os módulos circulares e sequenciais), somada à diversidade de linguagens artísticas e o respeito às trajetórias individuais. Essas características favorecem processos

formativos singulares, pautados pelo diálogo, pela escuta ativa e pela construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, a política pública pode ser considerada como referência de formação plural, crítica e emancipada, que dialoga com diferentes contextos e promove a experimentação artística como prática transformadora. Sua atuação junto à rede pública de ensino, especialmente por meio do Projeto Integrarte, reforça sua capacidade de incidir nas práticas pedagógicas escolares, integrando arte, cultura e educação para fortalecer o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, o Plano Político Artístico-Pedagógico (PPAP) reconhece desafios relevantes para o aprimoramento e a sustentabilidade da política. Entre eles, destacam-se as limitações de infraestrutura e de materiais pedagógicos em algumas unidades, bem como a instabilidade nas formas de contratação dos arte-educadores, que atuam majoritariamente por meio de editais temporários. Soma-se a isso a necessidade de fortalecimento da sistematização de dados de monitoramento e avaliação, visto que embora haja indicadores previstos e reuniões pedagógicas regulares, os resultados não são amplamente divulgados nem organizados em relatórios públicos acessíveis.



Experiências de equipamentos culturais

Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri

📍 Nova Olinda – CE

A Fundação Casa Grande (FCG), que abriga o Memorial do Homem Kariri³², localizada em Nova Olinda (CE), é uma instituição cultural sem fins lucrativos que articula memória, patrimônio e educação com foco no desenvolvimento comunitário e no protagonismo das crianças e adolescentes. Criada em 1992, por Alemberg Quindins e Rosiane Limaverde, a FCG atua a partir da valorização da história do povo Kariri e da Chapada do Araripe, integrando arqueologia, tradição oral e empreendedorismo social.

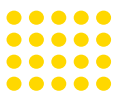
A FCG atua nos campos da museologia arqueológica e da mitologia, tem como objetivo pesquisar, preservar e promover a cultura material e imaterial da população. Instalada na primeira casa da cidade, construída no século XVIII, na antiga aldeia indígena Kariri e que passou a pertencer a família Alemberg, em 1932. A instituição tem, atualmente, seu funcionamento custeado por financiadores públicos e privados, além de programas de turismo comunitário e mobilização de benfeitores locais e internacionais.

A fundação atende um público diversificado, incluindo crianças a partir dos três anos, jovens, mães, professores, turistas e universitários. Desde a sua criação, oferece programas de Educação Infantil, profissionalização de jovens, empreendedorismo e geração de renda familiar. O foco de atuação das atividades prioriza famílias de baixa renda, estudantes da rede pública municipal e comunidade. Vale destacar que boa parte das crianças atendidas permanece como público da fundação por muitos anos, passando por diferentes projetos e assumindo responsabilidades na gestão do espaço.

A cultura local é mobilizada por meio do resgate de mitos, histórias e práticas do povo Kariri, da música regional, da arqueologia social inclusiva, da comunicação comunitária e da relação com mestres de cultura popular da região, através de programas como os museus orgânicos³³. Ao mesmo tempo, os estudantes têm acesso a conteúdo diversos por meio da internet, da rádio e das oficinas de produção audiovisual, que promovem a ampliação de repertórios e o diálogo intercultural.

³² Para saber mais, ver o site institucional e seus documentos.

³³ Ver mais em: https://www.sesc-ce.com.br/post_livro/museus-organicos/



Os jovens e crianças são protagonistas do processo educativo e de gestão da própria instituição, aprendendo e assumindo responsabilidades nas áreas de comunicação, cultura, tecnologia e patrimônio, constituindo um modelo auto-formativo em que transmitem seus saberes aos demais integrantes

Esse aprendizado é vivenciado em atividades práticas como produção de eventos, mediação de visitas, registro audiovisual e fotográfico, e outros, que ocorrem em espaços reais de trabalho presentes na FCG, como rádio comunitária, TV cultural, teatro, biblioteca, gibiteca, galeria de arte e laboratórios de arqueologia e audiovisual.

O programa de Empreendedorismo Social³⁴ promove uma rede que visa à autossustentabilidade pessoal. Os participantes compartilham experiências, discutem planos de negócios, economia da cultura, preço justo e tecnologias sociais. Essa abordagem contribui para a permanência dos jovens no município, conectando-os globalmente e gerando estabilidade profissional.

A relação entre a Fundação Casa Grande e as escolas da região ocorre por meio de visitas guiadas, programas de turismo educativo e intercâmbios com estudantes da rede pública e das universidades. Apesar de não compor a carga horária escolar ou implementar o currículo de maneira formal, a instituição reconhece e valoriza a articulação escolar. A FCG estabelece parcerias³⁵ com as escolas para que os alunos participem das atividades da instituição no período complementar à escola.

A formação de educadores ocorre de modo contínuo, a partir do envolvimento nas ações e da atuação da Fundação em redes culturais e educacionais. Os princípios pedagógicos adotados, como a valorização do território, do saber local e da autonomia das crianças, podem inspirar práticas a serem adaptadas às escolas e a outros contextos educativos.

QUADRO 6. Características da Fundação Casa Grande.

Implementação	Fundada em 1992.
Relação com escolas	Parcerias com escolas e complementar, através do atendimento aos estudantes e visitas ao memorial.
Cultura local e diversidade	Foco na tradição Kariri e no diálogo com as manifestações de cultura popular da região.
Carga horária	Não contabilizada formalmente, mas com ações educativas.

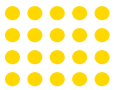
³⁴ Disponível em: <<https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/programas/geracao-de-renda-familiar/>>.

³⁵ Ver mais em: <https://educacaointegral.org.br/experiencias/fundacao-casa-grande-ce-promove-vivencias-empodera-criancas-adolescentes>.

Acompanhamento escolar	Apoio à permanência e ao vínculo com a comunidade.
Formação de professores	Indireta, via participação em redes e intercâmbios culturais.
Indicadores	Registros institucionais.

Fonte: Elaboração CEBRAP, 2025.

O público-alvo do projeto foi cuidadosamente delimitado para refletir a realidade da população do entorno. Abrangendo crianças, adolescentes, jovens universitários e suas famílias, o projeto atende a uma diversidade de necessidades locais.



No âmbito do empreendedorismo, a criação da Rede de Jovens Empreendedores Sociais da Fundação Casa Grande oferece a oportunidade para que os participantes desenvolvam práticas e metodologias visando o ingresso no mercado de trabalho, sobretudo no campo dos setores culturais e criativos

Além de colaborar ativamente para o desenvolvimento econômico local em Nova Olinda e a sustentabilidade contínua dos programas da FCG.

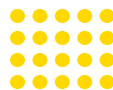
A abordagem integrada apresentada pelo projeto permite a atuação das crianças como gestoras dos processos dentro da instituição e também como mediadoras de conteúdo dentro do memorial. Essa perspectiva, alinhada às demandas e oportunidades

do território, sugere um modelo que vai além do convencional, apontando para práticas educacionais e culturais que transcendem fronteiras e contribuem significativamente para a promoção do bem-estar e do desenvolvimento sustentável.

Museu da Maré

📍 Rio de Janeiro – RJ

O Museu da Maré, inaugurado em 2006, é fruto da mobilização dos moradores do Complexo da Maré, a partir da demanda por um espaço de memória e valorização do território. A instituição atua com o objetivo³⁶ de romper a lógica tradicional dos espaços de memória, afirmando a favela como lugar de produção de conhecimento, de cultura e de história.



A proposta do Museu da Maré contrasta com a concepção hegemônica dos museus, historicamente associados a ambientes voltados às elites econômicas e culturais, muitas vezes distantes da realidade e das vivências das classes populares

³⁶ Para saber mais, ver: < <https://www.museumare.org/> >.

O Museu foi criado a partir do acervo constituído pela “Rede Memória da Maré”, projeto desenvolvido em 1998 pela instituição gestora, o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). A rede era formada por um grupo de moradores e ex-moradores da comunidade, que hoje proporcionam, por meio do museu, o acesso à cultura, educação, pesquisa, comunicação e memória para moradores do conjunto de favelas da Maré.

Os recursos financeiros que permitem o seu funcionamento são viabilizados tanto por doações quanto pelo apoio de parceiros. O Museu se consolidou institucionalmente como Ponto de cultura e as ações empreendidas pela instituição têm sido amplamente reconhecidas ao longo dos anos por meio de importantes prêmios e editais regionais e nacionais.

Para além das atividades, como exposições temáticas, temporárias ou permanentes, o Museu da Maré promove ações abertas ao público e diretamente vinculadas ao território. Entre elas estão um conjunto diverso de ações culturais, educativas e de memória, voltadas à valorização da história e das vivências da comunidade. As principais atividades destacadas incluem:

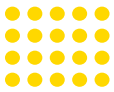
- **Oficinas culturais:** linguagens artísticas como dança, teatro, capoeira, música, artesanato, entre outras.
- **Ações educativas:** destaque para o “Chá de memória”, uma roda de partilha de experiências de vida a partir de objetos pessoais ou do acervo, que contribui para a ampliação e ressignificação participativa do patrimônio do museu.
- **Atividade de férias:** aberta à comunidade, com oficinas e atividades lúdicas durante o recesso escolar.
- **Biblioteca comunitária:** criada como espaço de apoio para filhos de moradores trabalhadores, onde são realizadas atividades como empréstimos de livros, contação de histórias, leitura compartilhada e rodas de leitura.
- **Caderno Pedagógico:** oferece jogos, atividades e recursos lúdicos voltados para o uso educacional do museu, seja em sala de aula ou durante visitas guiadas.
- **Projeto de formação de bolsistas Faperj:** voltado à iniciação científica de jovens da comunidade, com formação em memória e história local, participação nas atividades do museu e produção de trabalhos finais com orientação de professores universitários.
- **Contação de histórias:** baseada no livro Contos da Maré, produzido a partir de depoimentos de moradores, essa iniciativa inclui apresentações do “Grupo de contadores de histórias”, além de ações em escolas, eventos, rodas de leitura e representações teatrais.
- **Brinquedoteca Marielle Franco:** espaço lúdico voltado para o público infantil, que recebe visitas de crianças acompanhadas de responsáveis ou em grupos de creches, promovendo o contato inicial com a literatura infantil.
- **Arquivos de memória:** depoimentos orais, registros em vídeo e entrevistas que preservam a história dos moradores e das comunidades da Maré.
- **Acervo online e presencial:** fotografias, objetos, mapas, materiais escritos que contam a história da Maré.

As trocas e os diálogos com as escolas da região acontecem, sobretudo, no âmbito de atividades como oficinas ou visitas, as quais funcionam como espaços, ampliados para todos os públicos, capazes de exercer a mediação entre cultura, território e processos formativos.

QUADRO 7. Características do Museu da Maré.

Implementação	Fundado em 2006
Relação com escolas	Realiza atividades educativas (visitas e oficinas) abertas ao público, incluindo estudantes e professores.
Cultura local e diversidade	O museu mobiliza diretamente elementos da memória social, da cultura popular, das práticas cotidianas e das histórias dos moradores da Maré, reunindo acervos de objetos, imagens, relatos orais e registros sobre o território.
Carga horária	Oferece ações educativas para o público em geral através dos acervos e atividades do museu.
Formação de professores	São oferecidas atividades para o público geral, incluindo professores, o que pode resultar, indiretamente, na incorporação dos temas relacionados à memória, cultura e território nas práticas pedagógicas.
Indicadores	O museu recebe, em média, mais de seis mil visitantes por ano, incluindo estudantes, professores, moradores e público externo.

Fonte: Elaboração CEBRAP, 2025.



Fruto da mobilização comunitária e com forte atuação na valorização da memória e da identidade local, o Museu da Maré transcende as práticas museológicas convencionais ao articular exposições, ações educativas, culturais e de pesquisa com a vida cotidiana da favela

O Museu da Maré constitui uma experiência singular de museologia social e de resistência cultural enraizada no território.

Assim, o museu atua como mediador entre saberes, promovendo o acesso à arte, à história do território e à produção de conhecimento a partir das vivências da comunidade. Nesse sentido, pode-se dizer que o Museu da Maré contribui de maneira relevante para a formação integral de crianças, jovens e educadores ao incorporar práticas culturais como parte do reconhecimento de que a favela é lugar legítimo de produção de saberes, memórias e futuros.



Experiências de escolas de educação básica

Escola Parque 307/308 Sul

📍 Distrito Federal – DF

As Escolas Parque foram criadas para implementar uma proposta inovadora de educação integral na rede pública de ensino do Distrito Federal. Baseada nos princípios do educador Anísio Teixeira, a proposta representa um dos projetos educacionais mais inspiradores do país, o qual integra planejamento urbano ao sistema educacional.

As estruturas das escolas constituem um espaço interativo de aprendizagem integrado ao bairro, onde são oferecidas atividades formativas no período complementar ao escolar com foco no desenvolvimento artístico, físico e social dos estudantes. O objetivo é proporcionar aos alunos ambientes, tempos e oportunidades formativas estruturadas a partir de metodologias de ensino específicas e de aprofundamento curricular.

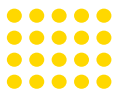
Inaugurada em 1960, a Escola Parque 307/308 Sul foi a primeira unidade dessa modalidade a ser construída em Brasília e é reconhecida como um patrimônio cultural da cidade³⁷. Localizada na Asa Sul, no Plano Piloto, sua edificação integra uma das “quadras modelo” projetadas para servirem como referência no planejamento da capital federal. Elementos

modernistas, como linhas retas, volumes elevados sobre pilotis, paredes envidraçadas e o uso de cobogós, além da valorização da iluminação e da ventilação naturais, são características marcantes da arquitetura dessa escola. Atualmente, a unidade faz parte da Rede Integradora em Educação Integral da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, atendendo a cerca de 708 alunos de quatro Escolas Classe da região. Integradas ao sistema público de ensino do Distrito Federal, pelo Regimento da Rede Pública de Ensino³⁸, as Escolas Parques são vinculadas pedagógica e administrativamente às Coordenações Regionais de Ensino, de acordo com suas localidades, seguindo as orientações dos setores do nível central da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), acompanham as políticas públicas relacionadas ao ensino de arte e de educação física.

A escola se relaciona intersetorialmente com outros órgãos públicos, como a Secretaria de Cultura e a Assessoria de Igualdade Racial e Diversidades da SEEDF, com iniciativas que incluem visitas a museus, formação de educadores e desenvolvimento de projetos sobre patrimônio cultural e direitos humanos. Além disso, realiza ações abertas à comunidade e promove a integração entre escola e território, favorecendo o pertencimento cultural.

³⁷ Disponível em: < https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/45319/Decreto_24861_04_08_2004.html >.

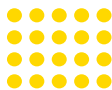
³⁸ Segundo o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal de 2019. Disponível em: < <https://www.educacao.df.gov.br/documents/d/seedf/regimento-seedf-completo-final-pdf> >



A Escola Parque 307/308 Sul compõe a política de Educação em Tempo Integral da rede pública de ensino do Distrito Federal³⁹, que amplia não só o tempo dos estudantes na escola, mas também as possibilidades de aprender, conviver e se desenvolver por completo

A oferta das formações artísticas é diretriz da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), conforme estabelecido no Currículo em Movimento⁴⁰ em correspondência à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento organiza os objetivos e conteúdos curriculares de cada ano dos ciclos em eixos, sendo eles: (i) eixos integradores (anos iniciais: alfabetização, letramentos e ludicidade/anos finais: ludicidade e letramentos) e (ii) eixos transversais (educação para a diversidade, cidadania e educação para os Direitos Humanos e educação para a sustentabilidade).

A escola tem autonomia para incrementar o referencial curricular da rede com metodologias específicas para o desenvolvimento das linguagens artísticas previstas e definir o seu projeto político pedagógico⁴¹.



As atividades trabalham os conteúdos e saberes de forma interdisciplinar, conectando conhecimentos e permitindo que os estudantes aprendam linguagens artísticas específicas, como música, dança, teatro e artes visuais

A jornada escolar é de 10 horas diárias, com cinco horas na Escola Classe e as outras cinco horas na Escola Parque, distribuídas conforme o quadro abaixo. O tempo em que os estudantes participam das atividades artístico-culturais é considerado como parte da carga horária escolar, integrando o currículo formal da rede pública do DF. Essa organização está amparada pelas Diretrizes Pedagógicas e Operacionais da Educação em Tempo Integral (2018)⁴².

³⁹ Ver mais em: < <https://www.educacao.df.gov.br/educacao-integral-2/>>.

⁴⁰ Para ver mais sobre currículo em movimento, acessar: < https://www.educacao.df.gov.br/documents/d/seedf/curriculo_em_movimento_do_distrito_federal__ensino_fundamental__2018_-pdf-1>.

⁴¹ Para ver o Projeto Político Pedagógico da Escola Parque 307/308, acessar: < https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/ppp_ep_307_308_sul_plano_piloto-1.pdf>.

⁴² Segundo as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para a Educação em Tempo Integral, disponível em: < <https://www.educacao.df.gov.br/w/diretrizes-pedagogicas-e-operacionais-para-a-educacao-integral-em-tempo-integral>>.

QUADRO 8. Composição curricular da Rede Integradora de Educação Integral.

Unidade escolar	Componentes curriculares	Horas por atividades
Escola classe	Língua portuguesa, matemática, geografia, história e ciências	17h
	Acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática	8h
Escola parque	Formação de hábitos individuais e sociais	10h
	Educação física e artes	8h
	Atividades artísticas, culturais, esportivas e motoras	7h

Fonte: Elaboração CEBRAP, 2025, adaptado de Diretrizes Pedagógicas e Operacionais da Educação em Tempo Integral (2018).

Dentro da carga horária de 25 horas semanais, a Escola Parque 307/308 Sul realiza encontros em formatos de aula ou oficinas com duração de 90 minutos. Os alunos não escolhem livremente todas as linguagens, mas são inseridos em oficinas que abrangem essas áreas ao longo do ano letivo. Os projetos ligados à arte e cultura apresentados pelo Projeto Político-Pedagógico da Escola Parque 307/308 são:

Projetos Temáticos e Transversais

- **Infoarte:** trabalha com alunos dos 3º, 4º e 5º anos para desenvolver habilidades em artes visuais e design digital.
- **Preservarte Patrimônio:** promove a educação patrimonial com estudos sobre patrimônio material e imaterial, incluindo visitas e produções culturais.
- **O papel indutor da biblioteca na formação de um leitor ativo:** estimula a leitura crítica e participativa dos alunos.
- **Projeto “Sala de multimídia didática”:** integra recursos digitais no processo pedagógico.
- **“Projeto-juntos”:** famílias e escolas: incentiva a participação das famílias no cotidiano escolar.

- **A construção da identidade dos espaços:** estimula o sentimento de pertencimento e valorização do ambiente escolar.
- **Teatro (“Projetando valores”):** propõe intervenções artísticas para reflexão ética e moral dos alunos.

Os processos avaliativos das atividades são descritos e valorizados nos PPPs e dialogam com as diretrizes da Secretaria de Educação do Distrito Federal. As práticas de gestão da Escola Parque seguem a lógica formativa e contínua, com registros sistemáticos e reuniões pedagógicas periódicas para acompanhamento. Ao final de cada bimestre, é realizada uma reflexão coletiva sobre a prática educacional desenvolvida, elaborando encaminhamentos em Planos de Ação.

A escola conta com professores efetivos para cada linguagem artística, todos com formação específica na área. As contratações ocorrem por concurso público e os educadores são vinculados ao quadro da SEEDF.

QUADRO 9. Características da Escola Parque 307/308

Implementação	Inaugurada em 1960.
Carga horária escolar	As atividades artístico-culturais são parte da carga horária, correspondendo à política de educação integral da rede pública de ensino.
Diretriz ou iniciativa escolar	Diretriz da SEEDF, com longo histórico de implementação. Escolas têm flexibilidade metodológica para proposição de projetos para desenvolver os conteúdos e objetivos curriculares.
Articulação com cultura ou outros órgãos públicos	Relação entre secretarias e museus, por meio de visitas e parcerias.
Currículo e avaliação	Articulado com o Currículo em Movimento, documento orientador da SEEDF, e organizado conforme política de Educação em Tempo Integral do DF.
Contratação de arte-educadores	Professores efetivos, com formação específica, via concurso.
Linguagens artísticas específicas	Promove atividades de forma interdisciplinar, contemplando as linguagens de artes visuais, teatro, dança e música. Também são ofertadas atividades em educação física e formação de hábitos individuais e sociais.
Autonomia dos estudantes	Protagonismo mediado por projetos.

Fonte: Elaboração CEBRAP, 2025.

Desde seu desenho, a experiência da Escola Parque em Brasília traz reflexões sobre a implementação de modelos diferentes dentro de um sistema educacional. Apresenta um formato de educação integral em que duas escolas (Escola Classe e Escola Parque) compartilham carga horária e se articulam seguindo as diretrizes da BNCC e o Currículo em Movimento da SEEDF. A institucionalização de um projeto inovador como o trazido por Anísio Teixeira para a Escola Parque permitiu a continuidade em suas mais de seis décadas de existência

Outro destaque é o modelo arquitetônico apresentado pela experiência. Sua proposição traz espaços educativos para possibilitar o desenvolvimento de suas ações e de sua proposta pedagógica. A integração com o ambiente urbano busca favorecer uma conexão entre a educação e a cidade, somada

à possibilidade de adaptação dos espaços em que as atividades são desenvolvidas.

Projeto BatucAção

📍 Porto Alegre – RS

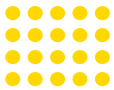
O Projeto BatucAção foi criado em 2015, idealizado pela professora Letícia Gomes Farias e desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Víctor Issler, no bairro Mário Quintana, em Porto Alegre (RS). A proposta de prática pedagógica apresentada pelo projeto articula educação, cultura e identidade na promoção de uma escola antirracista.

O BatucAção surgiu da necessidade de combater o preconceito vivido por estudantes praticantes de religiões de matriz africana, observado especialmente

em momentos como as festas de final de ano, em que se percebia experiências de exclusão (Sander, 2023). O objetivo inicial do projeto foi, então, de acolher essas crianças e de valorizar as culturas afro-brasileira e indígena no ambiente escolar.

As ações pedagógicas desenvolvidas incluíam oficinas de percussão, danças afro-brasileiras, contação de histórias dos orixás, construção de instrumentos com materiais recicláveis, rodas de canto e jogos tradicionais africanos. Para além da formação acadêmica, as educadoras traziam saberes oriundos de suas trajetórias culturais e de vínculos com tradições afro-gaúchas, o que conferia à prática um caráter de resistência epistemológica e pedagógica (Farias & Bins, 2024).

A proposta pedagógica do BatucAção se ancorava no acolhimento, na valorização da identidade e na promoção da autoestima dos estudantes, como relatado por Letícia:



“A gente entende que esse projeto é um dos incentivadores para a frequência escolar, para o estar na escola, para o gostar de estar aqui, para o querer estar aqui. Nada como ter o seu sagrado acolhido no lugar onde tu és recebido todos os dias, que é a tua segunda casa” (Sander, 2023, p. 64).

Durante os primeiros anos (2015–2019), o projeto funcionou de forma autônoma, sendo mantido pela iniciativa das professoras Letícia Gomes Farias e Gabriela Nobre Bins. As atividades ocorriam nos

intervalos ou nas aulas em que havia disponibilidade de inclusão. O BatucAção obteve recursos através de ações de arrecadação como rifas e brechós. Apesar disso, o projeto rapidamente se tornou um espaço de pertencimento para crianças e adolescentes — em sua maioria negros, periféricos e praticantes de religiões afrobrasileiras.

O reconhecimento institucional do projeto foi efetivado em 2020, após anos de mobilização da comunidade escolar e visibilidade pública. Naquele ano, a gestão da escola aprovou a submissão do BatucAção ao processo de seleção da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED), que anualmente avalia e aprova projetos interdisciplinares para serem incluídos nas atividades da escola para o ano seguinte. A iniciativa foi selecionada pela SMED como estratégia de recuperação de aprendizagem e combate à evasão.

Assim, nos anos de 2021 e 2022, o BatucAção foi oficialmente incorporado ao planejamento da escola como projeto interdisciplinar, articulado às disciplinas de arte e de educação física (Bins; Farias, 2022). Durante esse período, duas turmas foram compostas por alunos do Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais: uma de estudantes veteranos, que participavam desde 2015, e outra formada por crianças com idades entre 10 e 12 anos. As avaliações desenvolvidas pelas educadoras eram de caráter descritivo e centradas em dimensões como autoestima, oralidade, vínculo, reatividade emocional e expressão cultural.

Em 2023, diante dos desafios enfrentados, o BatucAção foi descontinuado como projeto interdisciplinar. Atualmente, ele continua sendo realizado de maneira informal, com atividades organizadas pelas idealizadoras e com apoio de outros professores interessados. Apesar da descontinuidade do projeto específico, a escola mantém o “Espaço educativo

afro-brasileiro e indígena” (EEABI) decorado com tambores, arcos e flechas, imagens de lideranças indígenas e materiais pedagógicos, demonstrando o potencial que iniciativas como essa têm de transformar os estudantes e o ambiente escolar.

O BatucAção ultrapassou os muros da escola e passou a participar de eventos externos e ações formativas em diálogo com outras secretarias e instituições, incluindo visitas a territórios negros de Porto Alegre e a participação em encontros como o “Café preto

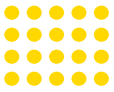
com Movimento Negro”. O destaque dessa articulação foi o convite às professoras idealizadoras do projeto para atuarem como formadoras no “Curso de formação de educadores para práticas escolares interculturais” (FEPEI), um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁴³. Essa atuação fortaleceu o diálogo entre escola, universidade e movimentos sociais, permitindo às famílias conhecerem mais o projeto e sua proposta pedagógica (Farias & Bins, 2024).

QUADRO 10. Características do projeto BatucAção

Implementação	Criado em 2015 e implementado entre os anos de 2021 e 2022.
Carga horária escolar	As atividades foram incorporadas como projeto interdisciplinar com participação voluntária dos alunos entre 2021 e 2022. Atualmente, ocorrem de maneira informal.
Diretriz ou iniciativa escolar	Iniciativa própria das professoras da escola, tendo sido reconhecida pela Secretaria Municipal de Educação por um período.
Articulação com cultura ou outros órgãos públicos	Existiram formações para docentes, na temática de educação para relações étnico-raciais e passeios com professores e alunos em territórios negros. As fontes citam que há participação de outras secretarias. Além disso, há ações realizadas em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Currículo e avaliação	A cultura afro-brasileira e as práticas de matriz africana fazem parte do currículo escolar e o projeto trouxe uma proposta para sua aplicação. A avaliação foi realizada em momentos específicos com registros qualitativos, sobretudo durante o período em que o projeto esteve formalizado (2021–2022).
Contratação de arte-educadores	O projeto é conduzido por professoras de arte e educação física, as quais são efetivas da rede e atuam na escola.
Linguagens artísticas específicas	As práticas envolvem principalmente percussão (tambores), dança afro, oralidade, cantos e contação de histórias sobre os orixás, com foco na tradição de matriz africana e afro-gaúcha.
Autonomia dos estudantes	Foco na coletividade, centrada nas práticas culturais afro-gaúchas. Os alunos colaboram no desenvolvimento das coreografias, na escolha dos temas, dos movimentos e dos elementos simbólicos que compõem as apresentações.

Fonte: Elaboração CEBRAP, 2025.

⁴³ O FEPEI é um projeto de extensão da UFRGS que oferece uma formação voltada para professores, abordando práticas pedagógicas com foco na educação intercultural. Para saber mais, acessar: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/281126>>.



O Projeto BatucAção representa uma potente experiência de educação antirracista, construída a partir do protagonismo docente, do reconhecimento das culturas afro-brasileira e indígena e da valorização dos saberes tradicionais no espaço escolar

O BatucAção propôs uma pedagogia do presente ancorada em afetos, vínculos e identidades.

No aspecto de implementação do projeto, a experiência do BatucAção revela que, apesar da visibilidade da iniciativa docente, do apoio e do engajamento por parte dos estudantes, sua continuidade, manutenção e expansão se mostraram como desafios. A impossibilidade de inclusão do projeto na carga-horária de trabalho das professoras, assim como a falta de integração com a proposta pedagógica da escola, foram fatores que levaram à sua descontinuidade, segundo as idealizadoras.

O projeto foi aderente à Lei nº 10.639/2003, que preconiza a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, e contou com apoio de políticas culturais como a Lei Aldir Blanc em 2021 (Sander, 2023). Nesse sentido, a experiência do BatucAção sinaliza que viabilizar outras formas mais perenes de incentivo para que iniciativas semelhantes possam ser replicadas em outras escolas pode ser uma estratégia para ampliar políticas públicas sistemáticas para a educação antirracista no município.

Sua trajetória demonstra a importância de fortalecer mecanismos de valorização da cultura afro-brasileira nas escolas, inclusive se utilizando de práticas já existentes na rede. Desse modo, aponta para a necessidade de repensar o papel da educação integral, seja como expansão do tempo escolar, seja como oportunidade para reorganização das práticas, saberes e sujeitos valorizados no cotidiano educativo.

Além disso, o histórico do projeto aponta também para as necessidades de as redes de educação pensarem em estratégias, tanto para valorização das iniciativas docentes, como para criar projetos interdisciplinares, ampliando o seu alcance para mais escolas. O BatucAção demonstra como a articulação entre cultura, identidade e currículo pode transformar a escola em um espaço de resistência, memória, afirmação e permanência para crianças e adolescentes historicamente marginalizados.



Aprendizados e Desafios

As iniciativas apresentadas, embora organizadas nos três eixos (políticas públicas institucionalizadas, experiências de equipamentos culturais e experiências de escolas de educação básica), tratam de temáticas afins que demandam ações semelhantes para sua implementação. A partir dos relatos de experiências é possível se inspirar e identificar caminhos para ampliar e escalar diferentes ações, políticas e arranjos voltados para articulação entre arte, cultura e educação. A intersectorialidade é um ponto comum e fundamental quando se fala em garantir direito ao desenvolvimento pleno e integral e o direito à arte, à cultura e à educação no processo formativo durante a educação básica.

As quatro iniciativas no eixo das políticas públicas institucionalizadas apresentam informações de ações lideradas pelas secretarias de educação e/ou de cultura, e no caso da experiência internacional, pelo ministério da educação daquele país. O que as difere das experiências realizadas nas escolas é a gestão centralizada na secretaria. Nas experiências de equipamentos culturais relatadas é importante frisar que não são geridos pelo poder público e, portanto, são lideradas no nível das instituições, mas isso não exclui a interface com as secretarias.

Todas as experiências se referem a Políticas Públicas, Programas e Ações que integrem Arte, Cultura e Educação, que ora são responsabilidade da pasta de educação e ora da cultura. Todavia, as informações

relatadas permitem atuar em diferentes dimensões, seja no estabelecimento de parcerias com territórios e com escolas para execução, na criação de diretrizes curriculares para o planejamento de projetos políticos artísticos e pedagógicos, na formação de professores das escolas da rede e universitários, ou no diálogo sobre a aprendizagem dos alunos.

A importância de processos de fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação é outro aspecto comum, que favorece tanto o aperfeiçoamento de programas e políticas, como a mensuração do impacto dessas atividades. Nessa direção, nota-se a importância de estudos e metodologias capazes de acompanhar, por exemplo, os resultados de projetos culturais no cotidiano escolar, na aprendizagem e na formação cultural dos estudantes. Tais práticas podem ser ainda mais potentes para fortalecer a governança e oferecer evidências que orientem as políticas públicas com foco no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

As experiências também indicam a importância de estratégias como as de formação continuada de professores, artistas-educadores e técnicos, sobretudo quando são pensadas a partir do diálogo entre profissionais da cultura e educação, como forma de ampliar os horizontes pedagógicos. A articulação dos componentes curriculares com políticas que promovam o acesso, o contato e a formação artística e cultural se apresentam como oportunidades,

integrando linguagens artísticas ao cotidiano escolar e estimulando o protagonismo estudantil.

Entre as políticas públicas, a análise ressalta o papel das secretarias, a importância de promover a interseccionalidade de forma conjunta, o direito à educação de qualidade e o acesso à arte e à cultura. Outro aspecto observado pelo estudo é a importância de normativas e projetos de lei como mecanismos de garantia para uma melhor governança das ações, bem como da perenidade e a sustentabilidade dos programas.

As experiências em escolas e em equipamentos culturais trazem a dimensão prática da integração entre arte, cultura e educação, incluindo diferentes formatos de apoio docente, formação artística e valorização da diversidade cultural.

Assim, o conjunto das experiências apresentadas ilumina caminhos distintos, apesar de complementares, para a construção de políticas públicas voltadas à educação, baseadas na valorização da arte e da cultura para o desenvolvimento integral, apoiando a ampliação e a democratização do acesso através das redes e dos equipamentos públicos.



Recomendações

para políticas públicas, programas e ações que integrem arte, cultura e educação

Recomendação 1

Estabelecer marcos legais e normativos que institucionalizem as políticas intersetoriais entre educação e cultura, garantindo a perenidade e a sustentabilidade das ações, e propondo modelos de governança e atuação conjunta.

A institucionalização por meio de leis e decretos é fundamental para que as políticas de educação integral deixem de ser projetos passageiros e se tornem programas de Estado com continuidade assegurada. As fontes demonstram que experiências como o Programa Escolas da Cultura no Ceará (Lei nº 18.299/2022) e os CMACEs de Porto Velho (Lei Complementar nº 772/2019) ganham robustez administrativa e orçamentária ao serem amparados por legislação específica. Na prática, isso evita

situações de fragilidade institucional, como a observada no projeto “BatucAção”, que enfrentou descontinuidade por falta de integração formal e perene na rede de ensino. Além disso, essas normativas devem considerar também modelos de governança e atuação conjunta entre as pastas, de modo a fortalecer a intersectorialidade entre educação e cultura.

Recomendação 2

Assegurar financiamento estruturado e de longo prazo como condição para a continuidade e qualificação das políticas de educação e cultura, garantindo tanto sua sustentabilidade institucional quanto a infraestrutura necessária para a oferta de todas as linguagens artísticas na educação básica.

Para que as políticas de cultura e educação tenham perenidade é fundamental assegurar mecanismos de financiamento, garantindo condições materiais adequadas para o desenvolvimento das linguagens artísticas — música, dança, teatro e artes visuais — em consonância com as diretrizes curriculares nacionais. Na prática, implica instituir dotação orçamentária específica e estável, destinada não apenas à manutenção das atividades, mas também ao investimento em espaços apropriados (salas

multiuso, auditórios, estúdios), à aquisição de instrumentos e materiais, à contratação e formação continuada de profissionais especializados, além de garantir visita a equipamentos e instituições culturais de cada território. Esse modelo pode ser fortalecido por arranjos intersetoriais e fundos vinculados à educação integral e à cultura, articulados a metas de expansão territorial e a mecanismos de monitoramento e avaliação.

Recomendação 3

Valorizar o território e os equipamentos culturais como pilares da educação integral, reconhecendo a cidade como um território educativo e ampliando os espaços e tempos de aprendizagem para além da escola.

Essa abordagem contribui para democratizar o acesso à cultura, fortalecer vínculos comunitários e integrar a formação educacional às dinâmicas culturais, sociais e históricas do território. Na prática, isso implica estruturar modelos de educação integral baseados em um tripé formativo que articule escola, família e instituições culturais do entorno, por meio de arranjos intersetoriais entre as áreas de educação e cultura. Políticas com esse desenho podem reconhecer oficialmente museus, bibliotecas,

centros culturais, pontos de cultura e instituições de memória como espaços educativos complementares, integrando suas atividades à carga horária da formação básica. Experiências como os CMACEs, em Porto Velho, demonstram o potencial de redes locais que utilizam equipamentos culturais como espaços de aprendizagem, promovendo formações conectadas ao patrimônio cultural e às necessidades contemporâneas da população, com participação ativa das famílias e da comunidade.

Recomendação 4

Priorizar a criação de programas de arte, cultura e educação em áreas de vulnerabilidade social.

As políticas devem focar na redução de desigualdades, garantindo que o acesso à arte e à cultura não seja um privilégio de rendas mais altas. Segundo o estudo do National endowment for the arts (NEA), o envolvimento intensivo com as artes funciona como uma estratégia de equidade, pois jovens de baixa renda que participam dessas atividades alcançam resultados acadêmicos e cívicos superiores aos seus pares, incluindo melhores notas e maior taxa de ingresso no Ensino Superior. Na

prática, isso significa que os gestores devem adotar critérios de implementação priorizando territórios periféricos com escassa oferta cultural. Além disso, a política deve integrar equipamentos já existentes no território, como pontos de cultura, bibliotecas e museus comunitários, transformando-os em espaços de aprendizagem compartilhada com as escolas, conforme os modelos do Museu da Maré e da Fundação Casa Grande.

Recomendação 5

Integrar as linguagens artísticas e as práticas culturais como componentes estruturantes do currículo escolar e da jornada estendida, superando a visão da arte como atividade meramente complementar ou extracurricular.

A arte e a cultura devem ser encaradas como eixos centrais para o desenvolvimento de competências socioemocionais, críticas e criativas, integradas ao contexto escolar. As redes e sistemas de ensino devem incentivar a participação dos docentes em projetos artísticos e culturais interdisciplinares, garantindo a remuneração pela carga horária dedicada a tais projetos. A Lei de Diretrizes Básicas (Lei nº 9394/96) do Brasil já prevê a obrigatoriedade do ensino de artes e, a partir do parecer nº22/2005 do

Conselho Nacional de Educação, o ensino de artes é definido como formação específica em artes visuais, dança, música ou teatro. Desse modo, ao alinhar as práticas culturais à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) a política assegura que o acesso à cultura seja um direito garantido dentro da trajetória escolar do aluno, reduzindo desigualdades de acesso e reforçando o lugar do ensino da arte como uma área específica do saber.

Recomendação 6

Fomentar a educação antirracista por meio de práticas culturais que valorizem o patrimônio material e imaterial do território, assim como as identidades étnico-raciais dos estudantes.

As experiências apontam para a importância da escola ser também um espaço de pertencimento e combate ao preconceito, atendendo às diretrizes das leis nº 10.639/2003 e nº 11645/2008 por meio da valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Projetos como o BatucAção mostram que a inclusão de oficinas de percussão, danças

afro e contação de histórias dos orixás aumenta a frequência escolar e o interesse dos alunos pelo ambiente educativo. Na prática, gestores devem incluir essas atividades no projeto político-pedagógico (PPP) das escolas, garantindo que o "sagrado" e a ancestralidade do aluno sejam acolhidos como fontes legítimas de saber.

Recomendação 7

Realizar programas de formação continuada e intersetorial para professores, artistas-educadores e gestores, valorizando a troca de saberes entre o conhecimento acadêmico e as tradições culturais locais.

A qualidade da integração entre educação e cultura depende da preparação dos profissionais que atuam na mediação pedagógica. O Projeto Integrarte, da Escola Livre de Artes Arena da Cultura, exemplifica como oferecer formação em arte e cultura especificamente para profissionais da rede municipal de educação, qualificando o cotidiano das escolas. Além disso, a política deve reconhecer

saberes não formais, onde mestres de tradição oral e artistas locais atuam como educadores, promovendo um currículo que valoriza a ancestralidade e a diversidade étnico-racial. Investir em formações que articulem teoria e prática garante que os educadores desenvolvam projetos interdisciplinares que respeitem as identidades dos territórios.

Recomendação 8

Implementar sistemas de monitoramento e avaliação de impacto que combinem indicadores quantitativos e qualitativos para mensurar os resultados socioeducativos e orientar o aprimoramento das políticas intersetoriais.

A coleta e organização de dados é um dos caminhos fundamentais para evidenciar o impacto das ações que integrem arte e cultura, bem como apontam para os resultados e a expansão de programas bem-sucedidos. Para superar isso, as políticas devem estruturar núcleos de acompanhamento. Entre os possíveis indicadores para monitoramento de ações que articulem arte, cultura e educação, recomenda-se avaliar e monitorar o desenvolvimento

das competências cidadãs e cognitivas. No plano internacional, o governo da África do Sul utiliza o School Monitoring Survey para avaliar a implementação curricular e ajustar a política com base em evidências. Na prática, isso significa coletar dados de frequência e permanência, mas também realizar avaliações formativas e escutas participativas para compreender ganhos em autonomia, autoestima e vínculo comunitário.

Recomendação 9

Vincular a formação cultural e artística a estratégias de empreendedorismo social e desenvolvimento econômico local para garantir a permanência de talentos no território.

Políticas públicas de cultura devem ir além da fruição artística, integrando-se a programas de geração de renda e sustentabilidade comunitária. A Fundação Casa Grande exemplifica essa integração através da "Rede de Jovens Empreendedores Sociais", que discute economia da cultura e planos de negócios, colaborando para que os jovens permaneçam em

seus municípios de origem em vez de migrarem por falta de oportunidade. Na prática, isso significa criar editais e programas de fomento que apoiem cooperativas juvenis e projetos de turismo comunitário baseados no patrimônio material e imaterial local, transformando o saber cultural em um ativo de desenvolvimento sustentável para a região.



Referências

AGÊNCIA BRASÍLIA. *Educação integral no Plano Piloto e no Cruzeiro será fortalecida em 2017*. Brasília, 23 dez. 2016. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2016/12/23/educacao-integral-no-plano-piloto-e-no-cruzeiro-sera-fortalecida-em-2017/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

AGÊNCIA BRASÍLIA. *Mudanças em escolas parque para ampliar ensino integral são mantidas*. Brasília, 2 fev. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2017/02/02/mudancas-em-escolas-parque-para-ampliar-ensino-integral-sao-mantidas/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

ARAUJO, Helena Maria Marques. "O Museu da Maré e o direito à cidade: arte, memória e resistência". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 15, n. 2, p. 425-446, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/TSKgk-7t3kcMpMwhqP8ghmTv/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto nº 15.775, de 18 de novembro de 2014. Aprova o Estatuto da Fundação Municipal de Cultura e institui o Programa Escola Livre de Artes – Arena da Cultura, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / Fundação Municipal de Cultura, 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2014/1578/15775/decreto-n-15775-2014-aprova-o-estatuto-da-fundacao-municipal-de-cultura-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BELO HORIZONTE (MG). Fundação Municipal de Cultura. Escola Livre de Artes Arena da Cultura – Prêmio Internacional CGLU – Cidade do México – Cultura 21. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1L-P7HckeQuOGzXjHV9gJLmDL3sfQlGKtr/view>. Acesso em: 24 out. 2025.

BELO HORIZONTE (MG). Plano Político Artístico-Pedagógico da Escola Livre de Artes Arena da Cultura. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/plano-politico-artistico-pedagogico-ela-arena.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BINS, Gabriela Nobre; FARIAS, Letícia Gomes. "Tramando vidas e conhecimentos – experiências de trabalho coletivo entre educação física e arte-educação". *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 4, n. esp., p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8859/7164>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Escolas Livres finalizam o ano de 2024 com formações e vivências artísticas e culturais em todo o país. Brasília, 19 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/escolas-livres-finalizam-o-ano-de-2024-com-formacoes-e-vivencias-artisticas-e-culturais-em-todo-o-pais>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 15 set. 2025.

CAPS 123. Understanding the South African School Curriculum: A Comprehensive Primer for Parents. CAPS 123, 15 out. 2023. Disponível em: <https://caps123.co.za/understanding-the-south-african-school-curriculum-a-comprehensive--primer-for-parents/>. Acesso em: 5 mar. 2026.

CATTERALL, James S.; DUMAIS, Susan A.; HAMPDEN-THOMPSON, Gillian. "The Arts and Achievement in At-Risk Youth: Findings from Four Longitudinal Studies". Washington, DC: National Endowment for the Arts, 2012. Disponível em: <https://www.arts.gov/sites/default/files/Arts-At-Risk-Youth.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CEARÁ. Lei nº 18.227, de 11 de novembro de 2022. Institui o Programa Escolas da Cultura no âmbito do Estado do Ceará. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2022/12/Lei-Programa-Escolas-da-Cultura.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2026.

CEARÁ (Estado). Lei nº 18.299, de 27 de dezembro de 2022. Institui o Programa Escolas da Cultura como política pública de formação artístico-cultural no Estado do Ceará. Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/8251-lei-n-18-299-de-27-12-2022-d-o-28-12-22>. Acesso em: 17 jul. 2025.

CEARÁ. Ministério Público do Estado do Ceará. *Relatório de ações de cultura de 2015–2022*. Fortaleza:

MPCE, 2023. Disponível em: <https://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2023/07/Ceara-estado-da-cultura.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Cultura. *I Edital – Escolas Livres de Formação Artística e Cultural*. Fortaleza: Secult, 2016. Disponível em: <https://mapacultural.iracema.ce.gov.br/files/project/138/editalescolasdacultura-mrosc.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Cultura. *II Edital das Escolas Livres da Cultura – 2022*. Fortaleza: Secult, 2022. Disponível em: https://mapacultural.jaguaretama.ce.gov.br/files/opportunity/3655/ii_edital_escolas_livres_da_cultura.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Cultura. *III Edital das Escolas Livres da Cultura – 2025*. Fortaleza: Secult, 2025. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/opportunity/5957/3-edital-escolas-livres-da-cultura-1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Cultura. Plano Estadual de Cultura do Ceará. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2016. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2018/10/plano-estadual-de-cultura-secult-ce.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2026.

CEARÁ. Secretaria da Cultura. Resultado da seleção das OSCs – *III Edital das Escolas Livres da Cultura – 2025*. Fortaleza: Secult, 2025. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/opportunity/5957/habilitacao-documental-3-edital-escolas-livres-da-cultura.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

DA COSTA FREITAS, T.; WIGGERS, I. D. *Escolas-parque de Brasília: diálogos com a produção acadêmica*. Linhas Críticas, v. 26, e26429, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/26429/27261>. Acesso em: 7 fev. 2025.

DEPARTMENT OF BASIC EDUCATION. *Creative Arts Senior Phase Grades 7-9*. South Africa, 2011. Disponível em: <https://www.education.gov.za/Portals/0/CD/National%20Curriculum%20Statements%20and%20Vocational/CAPS%20SP%20%20CREATIVE%20ARTS%20GR%207-9%20%20web.pdf?ver=2015-01-27-160105-653>. Acesso em: 3 jan. 2024.

DEPARTMENT OF BASIC EDUCATION. *Diagnostic Test Items - Basic Phase*, SD. Disponível em: [https://www.education.gov.za/Portals/0/Documents/Publications/Diagnostic%20tests%20and%20TIMMS%20reports/Diagnostic%20Test%20Items/Grade%203%20\(%2011%20Languages%20and%20Fonts\)/Grade%203%20Diagnostic%20Test%20Item-%20English.pdf?ver=2017-11-02-082510-000](https://www.education.gov.za/Portals/0/Documents/Publications/Diagnostic%20tests%20and%20TIMMS%20reports/Diagnostic%20Test%20Items/Grade%203%20(%2011%20Languages%20and%20Fonts)/Grade%203%20Diagnostic%20Test%20Item-%20English.pdf?ver=2017-11-02-082510-000). Acesso em: 3 jan. 2024.

DEPARTMENT OF BASIC EDUCATION. *Diagnostic Test Items - Intermediate and Senior Phase*. Disponível em: <https://www.education.gov.za/LinkClick.aspx?fileticket=TiQyUai3Wp8%3D&tabid=1769&portalid=0&mid=7022>. Acesso em: 22 dez. 2023.

DEPARTMENT OF BASIC EDUCATION. *Relatório de avaliação do CAPS*. Disponível em: <https://www.education.gov.za/Portals/0/Documents/Reports/CAPS%20Eval%20Full%20Report1.pdf?ver=2018-04-04-144014-373>. Acesso em: 5 jan. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 24.861, de 4 de agosto de 2004. Dispõe sobre o tombamento da Escola Parque 307/308 Sul e sua área de tutela e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 4 ago. 2004. Disponível em: [https://www.sinj.df.gov](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/45319/Decreto_24861_04_08_2004.html)

[br/sinj/Norma/45319/Decreto_24861_04_08_2004.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/45319/Decreto_24861_04_08_2004.html). Acesso em: 7 fev. 2025.

FARIAS, Letícia Gomes; BINS, Gabriela Nobre. *Afro-religiosidade na escola – o Projeto BatucAção*. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/281126/001215814.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

FERREIRA, Antônio Carlos. *Arena da Cultura: arte, troca e construção coletiva*. 2016. Monografia (Licenciatura em Educação Artística) — Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/22a0ed90-4f79-4866-b608-0697d49ef4d5/content>.

FUNDAÇÃO CASA GRANDE. *Estatuto da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri*. 2017.

FUNDAÇÃO CASA GRANDE. *Plano Museológico*. 2016.

FUNDAÇÃO ITAÚ. *Estudo para a construção de políticas públicas de arte, cultura e educação* [recurso eletrônico]. São Paulo: Fundação Itaú, 2025. 62 p. Disponível em: <https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/prd.editor.fundacaoitau.org.br/public/other-file/401/file/7d3bd48a8094c89a0a928f13e56e1937.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

FUNDAÇÃO ITAÚ. *Pesquisa Hábitos Culturais - 6ª Edição* [recurso eletrônico]. São Paulo: Fundação Itaú, 2025. Disponível em <https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/prd.editor.fundacaoitau.org.br/public/other-file/519/file/46de1383497888b5266c22b1630822fa.pdf>

FREEDMAN, Kerry; HEIJNEN, Emiel; KALLIO-TAVIN, Mira; KÁRPÁTI, Andrea; PAPP, László. *Visual Culture*

Learning Communities: How and What Students Come to Know in Informal Art Groups. *Studies in Art Education*, v. 54, n. 2, p. 103-115, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/24468178.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MUSEU DA MARÉ. Museu da Maré. Disponível em: <https://www.museumare.org/>. Acesso em: 4 mar. 2026.

NEVES, Ana Luísa Teixeira. Escola Livre de Artes Arena da Cultura: erigindo pontes entre formação e inclusão cultural de jovens e adultos. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 60, n. 16, p. 189-201, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/20898>. Acesso em: 24 jul. 2025.

NOMPULA, Y. An investigation of strategies for integrated learning experiences and instruction in the teaching of creative art subjects. *South African Journal of Education*, v. 32, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.sajournalofeducation.co.za/index.php/saje/article/view/579>. Acesso em: 18 set. 2025.

PORTAL VEREDAS. Secult disponibiliza o 3º Edital Escolas Livres da Cultura. 14 mar. 2024. Disponível em: <https://portalveredas.com.br/secult-disponibiliza-o-3o-edital-escolas-livres-da-cultura>. Acesso em: 17 jul. 2025.

PORTO VELHO. Arte que transforma: CMACE Laio consolida ações no ensino artístico e cultural na rede municipal. Porto Velho, 2024. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/49292/arte-que-transforma-cmace-laio-consolida-acoes-no-ensino-artistico-e-cultural-na-rede-municipal>. Acesso em: 17 jul. 2025.

PORTO VELHO. Chamada escolar dos Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar – SEMED – 2025. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/editor/files/CHAMADA%20ESCOLAR%20DOS%20CENTROS%20MUNICIPAIS%20DE%20ARTE%20E%20CULTURA%20ESCOLAR-SEMED%20-%202025.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.

PORTO VELHO. Lei Complementar nº 772, de 30 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a criação dos Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar. Disponível em: https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/4753/lei_comp_no_772-2019_centros_municipais_de_arte_e_cultura.pdf. Acesso em: 17 jul. 2025.

PORTO VELHO. Música e dança: prefeitura realiza mostra artística com 400 alunos dos Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar. Porto Velho, 2024. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/49736/musica-e-danca-prefeitura-realiza-mostra-artistica-com-400-alunos-dos-centros-municipais-de-arte-e-cultura-escolar>. Acesso em: 17 jul. 2025.

PORTO VELHO. Prazo para matrículas nos Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar começam nesta segunda-feira (27) em Porto Velho. Porto Velho, 2024. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/46927/prazo-matriculas-para-os-centros-municipais-de-arte-e-cultura-escolar-comecam-nesta-segunda-feira-27-em-porto-velho>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ. Programa Escolas da Cultura. Fortaleza: Secult/CE, 2024. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/escolas-da-cultura/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino – 2025. Fortaleza: Seduc/CE, 2025. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2025/01/diretrizes_2025.pdf. Acesso em: 17 jul. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEEDF. Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para a Educação em Tempo Integral nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal – 2018. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/escola-tecnica-de-brasilia/linguagem-de-programacao-java/diretrizes-ed-integral-08ago2018/69175780>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEEDF. Educação integral. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/educacao-integral-2/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEEDF. Escola Parque 307/308 Sul: Projeto Político Pedagógico. Brasília: SEEDF, 2018. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/PPP-EP308Sul.CREPP_.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEEDF. Escolas de natureza especial. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/escolas-de-natureza-especial-2/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL- SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica. Brasília: SEEDF, 2018. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/documents/d/seedf/curriculo_em_movimento_do_distrito_federal__ensino_fundamental__2018_-pdf-1. Acesso em: 7 fev. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEEDF. Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília: SEEDF, 2019. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/documents/d/seedf/regimento-seedf-completo-final-pdf>. Acesso em: 4 mar. 2026.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC. Departamento Regional do Ceará. Museus Orgânicos 2021. Disponível em: https://www.sesc-ce.com.br/post_livro/museus-orgnicos/. Acesso em: 4 mar. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Formação de educadores: material de apoio à formação docente. Porto Alegre: UFRGS, s.d. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/281126/001215814.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 mar. 2026.

Conheça as publicações da coleção

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação



I Estudo para a construção de políticas públicas de arte, cultura e educação



II Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação



III Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação



IV Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação

III

Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação

